

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CÂMPUS DE FRANCA

BRUNA THAIANA GONÇALVES XAVIER PEREIRA

**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS E SUA
DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: REORDENAMENTO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERAÇÕES COM A PANDEMIA DA COVID-19.**

FRANCA
2023

BRUNA THAIANA GONÇALVES XAVIER PEREIRA

**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS E SUA
DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: REORDENAMENTO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERAÇÕES COM A PANDEMIA DA COVID-19.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como pré-requisito para obtenção de título de mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Nanci Soares.

FRANCA
2023

P436s

Pereira, Bruna Thaiana Gonçalves Xavier

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA
PESSOAS IDOSAS E SUA DEMANDA REPRIMIDA NO
MUNICÍPIO DE FRANCA/SP : Reordenamento da Assistência
Social e interações com a pandemia da COVID-19 / Bruna Thaiana
Gonçalves Xavier Pereira. -- Franca, 2023

148 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Nanci Soares

1. Envelhecimento. 2. Políticas Públicas. 3. Assistência Social. I.

Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

BRUNA THAIANA GONÇALVES XAVIER PEREIRA

**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS E SUA
DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: REORDENAMENTO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERAÇÕES COM A PANDEMIA DA COVID-19.**

**Dissertação apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-
requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área
de concentração: Serviço Social: Trabalho e sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Nanci Soares

1ª Examinador _____

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima

2ª Examinador _____

Joice Sousa Costa

Franca, SP, 31 de março de 2023.

Impacto potencial desta pesquisa

A presente pesquisa permitirá analisar o processo de reordenamento ocorrido na política pública de assistência social no Município de Franca/SP, permitindo avaliar avanços e desafios do período, bem como, traçar novas estratégias para manter os avanços e solucionar os desafios. Também permitirá que outros municípios conheçam a experiência vivenciada pela cidade de Franca/SP, podendo utilizar como embasamento para gerar transformações em outros locais. A pesquisa documental traz uma tabulação de dados que permite que novas pesquisas sejam realizadas, possibilitando aproximações sucessivas a esta realidade, possibilitando novas discussões sobre o trabalho profissional, políticas públicas e outros assuntos.

Potential impact of this research

This research will make it possible to analyze the process of reorganization that took place in the public policy of social assistance in the city of Franca/SP, allowing to evaluate advances and challenges of the period, as well as to outline new strategies to maintain the advances and solve the challenges. It will also allow other municipalities to learn about the experience lived by the city of Franca/SP, being able to use it as a basis to generate transformations in other places. Documental research brings a tabulation of data that allows new research to be carried out, enabling successive approximations to this reality, enabling new discussions about professional work, public policies and other subjects.

Dedico este trabalho ao meu Deus, que nunca me deixou só, à minha família, aqueles que me apoiaram e me incentivaram. Em especial, ao meu avô Inácio Gonçalves, recolhido em maio de 2022, a quem tanto me ensinou sobre gratidão e perseverança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, pela oportunidade de viver mais esse sonho, sem a ajuda dEle isso não seria possível.

Agradeço aos meus familiares, Kelvin, Gabriela, Ananda, Karol, Dona Cidinha e Sr. Edson, ao lado de vocês consegui traçar essa caminhada com leveza, mesmo tendo muitos percalços pela estrada, sem vocês ao meu lado, eu não teria continuado.

Abro um parágrafo específico para agradecer aos meus pais, sei o alto preço que vocês pagaram para eu chegar até aqui, para viver o meu sonho. Sei que nossas condições objetivas de vida os obrigaram fazer escolhas e deixar de viver muitas experiências que gostariam de viver para que eu e meus irmãos pudéssemos sonhar, como sou grata, espero poder retribuir.

Ao Fernando, meu marido, que continuou sendo o meu melhor amigo mesmo depois de anos, por ter o melhor abraço em dias de choro, as palavras mais encorajadoras quando pensei em desistir, por ser a melhor companhia nas madrugadas quando precisava concluir a dissertação, o melhor cuidado durante a gestação, como me alegro em saber que o Davi terá você como referência de pai. Esses últimos anos não foram os mais fáceis, mas que bom que passou e que vencemos juntos. A minha eterna gratidão!

Aos meus avós, que torceram por mim ao longo de toda essa trajetória, o meu mais sincero agradecimento. Ao meu avô Inácio que infelizmente não teve a oportunidade de ver me tornar mestre, obrigada por me compreender, por apoiar meu sonho, ainda que este tenha custado horas do meu tempo a menos com o senhor, nos vemos na eternidade...

A todos os bons amigos que Deus colocou no meu caminho para me auxiliar, saibam que cada palavra de incentivo foi de extrema importância.

Ao grupo de amigos que formamos para o trabalho de ética, como foi reconfortante saber que existiam pessoas de verdade do outro lado da tela do computador durante a pandemia, obrigada pela “companhia” neste caminho de tanta solidude.

À Bah, Mel e Luciana, minhas amigas de longa data, obrigada por serem ouvintes disponíveis quando precisei desabafar, pelo apoio e por estarem presentes ainda que com distância, meu agradecimento.

Ao Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, a equipe LIEB e aos usuários que possibilitaram este estudo e me apoiaram durante o curso, meu muito obrigada.

À minha orientadora, professora Nanci, não tenho palavras para demonstrar minha gratidão, a senhora fez muito mais do poderia para me ajudar e sou muito grata. Agradeço pela compreensão e pela ajuda nos momentos mais difíceis.

Algo que o mestrado gravou em mim é que ter uma rede de apoio, em qualquer circunstância é mais do que necessário. Agradeço por ter vocês! Iniciei este processo cheia de felicidade e o encerro, tomada de gratidão.

PEREIRA, Bruna Thaiana Gonçalves Xavier. **O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS E SUA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: REORDENAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERAÇÕES COM A PANDEMIA DA COVID-19**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

A temática “**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS E SUA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: REORDENAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERAÇÕES COM A PANDEMIA DA COVID-19**” é atual e possui uma relevância social, acadêmica e política, uma vez que discute a política pública de assistência social com uma vertente crítica, possibilitando compreender avanços e desafios vivenciados com o processo de reordenamento desta, com enfoque no atendimento à pessoa idosa no serviço de acolhimento institucional, com interações da pandemia da COVID-19, em que as pessoas idosas foram consideradas um grupo de risco, principalmente as acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas. A pesquisa apresentada tem como objetivo geral “Analisar a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas- SAIPI frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19”, considerando o período de 2014 a agosto de 2021, compreendendo que de 2014 a 2017 ocorreu o início da capacitação para o processo de reordenamento da política de assistência social do município, de 2017 a 2019 período pós capacitação dos profissionais da rede e de 2020 a 2021, período pandêmico. No primeiro capítulo será apresentado o resultado da pesquisa bibliográfica, buscando alcançar o primeiro objetivo específico, “Compreender a gênese do capitalismo e da questão social”, já o segundo capítulo será utilizado para “Contextualizar as políticas públicas, a política pública de assistência social e o atendimento à pessoa idosa”, sendo este também um objetivo específico. No terceiro capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa documental que norteou o objetivo de “Analisar o processo de reordenamento da política de assistência social do município de Franca/SP e seu impacto na demanda reprimida do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas do período de 2014 a agosto de 2021”. Foi utilizada a técnica de “Análise de conteúdo”, para a organização, classificação e categorização dos dados, com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que a análise será realizada pelo método eleito, materialismo histórico dialético, de modo a perceber a universalidade e a singularidade dos fatos, compreendendo a mediação existente nesse contexto. As categorias eleitas foram “Capacitação continuada e articulação de rede” e, “Possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede”. O município de Franca/SP foi o local escolhido como lócus da pesquisa. O pressuposto da pesquisa é de que anterior ao período de reordenamento alguns usuários que possuíam a possibilidade atendimento em outros serviços eram acolhidos no SAIPI por não existir no município alguns serviços tipificados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais específicos para este público, além de não existir um fluxo específico enquanto rede socioassistencial, mas sim esforços individuais de profissionais em situações pontuais, o que com o reordenamento da política de assistência social houve alteração, no entanto, com a pandemia da COVID-19 e a suspensão destes serviços, esses usuários retornaram para a demanda do serviço de acolhimento institucional, além da interrupção de discussões de casos em rede e de educação continuada para os profissionais, fazendo com que alguns conceitos fossem desconsiderados. A tese defendida é de que há a necessidade da educação continuada e da contínua construção de uma política de assistência social em rede, com fluxos estabelecidos conjuntamente, com espaços para discussões de casos e de conceitos, que permitam que a rede se alinhe rumo ao cumprimento das normativas, adaptando-as a realidade municipal, de modo que esta ocorra de forma planejada, contínua e descentralizada.

Palavra- chave: Envelhecimento, políticas públicas, assistência social.

PEREIRA, Bruna Thaiana Gonçalves Xavier **“THE INSTITUTIONAL RECEPTION SERVICE FOR ELDERLY PEOPLE AND THEIR SUPPRESSED DEMAND IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA/SP: REORGANIZATION OF SOCIAL ASSISTANCE AND INTERACTIONS WITH THE COVID-19 PANDEMIC”**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

The theme **“THE INSTITUTIONAL RECEPTION SERVICE FOR ELDERLY PEOPLE AND THEIR SUPPRESSED DEMAND IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA/SP: REORDERING SOCIAL ASSISTANCE AND INTERACTIONS WITH THE COVID-19 PANDEMIC”** is current and has a super social, academic and political dimension, since it discusses the public policy of social assistance with a critical aspect, allowing to understand the advances and challenges experienced with the process of reordering it, with an approach in the care of the elderly in the institutional reception service, with the intolerable nature of the COVID-19 pandemic, in which the elderly people were considered a risk group, especially those admitted to the Institutional Reception Service for the Elderly. The research has as its general objective “To analyze the demand of the Institutional Shelter Service for the elderly - SAIPI in the face of the reordering of the social assistance policy in the municipality of Franca/SP and its interaction with the COVID-19 pandemic”, considering the period of 2014 to August 2021, understanding that from 2014 to 2017 training began for the process of reordering the municipality's social assistance policy, from 2017 to 2019 post-training period for network professionals and from 2020 to 2021, pandemic period. The first chapter will present the result of the bibliographical research, seeking to reach the first specific objective, “Understanding the genesis of capitalism and the social issue”, while the second chapter will be used to “Contextualize public policies, public policy on social assistance and care for the elderly”, which is also a specific objective. The third chapter will present the results of the documentary research that guided the objective of “Analyzing the process of reordering the social assistance policy in the municipality of Franca/SP and its impact on the repressed demand of the institutional care service for the elderly in the period of 2014 August 2021”. The technique of “Content Analysis” was used for the organization, classification and categorization of data, with a qualitative and quantitative approach, and the analysis will be carried out by the chosen method, dialectical historical materialism, in order to perceive the universality and uniqueness of the facts, comprising an existing mediation in this context. The categories chosen were “Continued training and network articulation” and “Possibility of these moments being used to strengthen the network”. The city of Franca/SP was chosen as the research locus. The assumption of the research is that prior to the period of reorganization, some users who had the possibility of being attended to in other services were welcomed in the SAIPI because there were no services typified in the National Typification of Social Assistance Services specific to this public in the municipality, in addition to the lack of a specific flow as a social assistance network, but individual efforts of professionals in specific situations, which with the reordering of the social assistance policy changed, however, with the COVID-19 pandemic and the suspension of these services, these users returned to the demand for the institutional reception service, in addition to the interruption of discussions of cases in the network and of continuing education for professionals, causing some concepts to be disregarded. The thesis defended is that there is a need for continuing education and the continuous construction of a network social assistance policy, with jointly established flows, with spaces for discussing cases and concepts, which allow the network to align itself towards compliance of regulations, adapting them to the municipal reality, so that it occurs in a planned, continuous and decentralized way.

Keywords: Aging, public policies, social assistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I – ENVELHECIMENTO E VELHICE NA ÓTICA DO CAPITAL.....	19
1.1.O capital e a questão social na sociedade burguesa.....	20
1.1.1. Questão social no capitalismo: as respostas do Estado capitalista.....	32
1.2 Processo de envelhecimento e velhice em uma perspectiva de totalidade.....	36
CAPÍTULO II - A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO DIREITO.....	41
2.1 A origem das políticas públicas.....	42
2.2 Políticas públicas de atendimento à população idosa: avanços e desafios.....	46
2.3 As lutas e as conquistas da população idosa.....	49
2.4 A política brasileira de assistência social: avanços e retrocessos.....	51
CAPÍTULO III - O REORDENAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP.....	58
3.1. O processo de reordenamento vivido pela Política de Assistência Social na cidade de Franca – SP.....	59
3.2. Motivação da pesquisadora pela temática.....	61
3.3. Proteção social, Direitos sociais e cuidados que direcionam a Política de Assistência Social para pessoas idosas em Franca- SP.....	62
3.4 A Política de Assistência Social para a pessoa idosa em Franca-SP.....	66
3.5. Percurso Metodológico.....	75
3.5.1 Perfil que compõem o estudo social para solicitação de vaga da instituição universo da pesquisa.....	79
3.5.2. O perfil de cada pessoa entrevistada e suas especificidades enquanto amostragem de um grande universo.....	80
3.5.3. Categoria I - Capacitação continuada e articulação de rede	132
3.5.4. Categoria II - Possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE.....	99

INTRODUÇÃO

A política de assistência social traz consigo a contradição como algo intrínseca desde seu surgimento, sendo uma política conquistada através da luta da classe trabalhadora, porém, também utilizada como recurso para a manutenção da ordem vigente.

Criada em um contexto de benemerência, caridade e posteriormente, tornando-se direito, traz arraigada no conceito cultural social o ideário de ser um favor.

Os projetos de fundamentação liberal-social ou economicista por sua vez, negam o reconhecimento do direito de cidadania extensivo e consideram a atenção social compatível somente a grupos focais caracterizados pelo grau de indigência estabelecido sob alta seletividade. Nesse caso o acesso social depende do prévio enquadramento do cidadão à condição de necessitado, sem direito a requerer atenção a sua necessidade social, doação. (SPOZATI, 2007, p. 437).

Somado ao fator histórico de sua criação, tem-se também a forte característica de estar inserida em um contexto de política neoliberal, com políticas públicas focalizadas, restritas, um Estado mínimo, na assistência social, busca-se critérios de atendimentos, uma vez que não se pretende atender a todos/as, conforme citado por Alves (2007, p. 149), “a constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global”.

A política neoliberal no Brasil se inicia com o Governo Collor em 1991, sendo de fato implantada com o Governo Fernando Henrique Cardoso- FHC, em 1994.

Apesar de ser constituída enquanto direito no ano 1988, com a promulgação da Nova Constituição Federal, a Assistência Social enquanto política pública ainda enfrenta grandes desafios até os dias de hoje para sua efetivação conforme preconizado nas normativas.

O sistema capitalista traz arraigado ao seu modo de ser a existência da exploração e da desigualdade social, o que faz com que a classe trabalhadora seja mantida com péssimas condições de vida e de trabalho.

O envelhecimento é um processo vivido por todos os seres humanos desde o seu nascimento, de modo que sua velhice, se dará de acordo com suas condições de vida. Levando em consideração as possibilidades de acesso da classe trabalhadora no decorrer da vida, pode-se afirmar que esta população, com baixo acesso a políticas públicas, dotadas pelo pauperismo, por situações de violência, violações de direitos, viverão, o que Haddad (1986) chama de “velhice trágica”.

As sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vem na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão-de-obra. (HADDAD, 1986, p. 16)

A velhice é heterogênea, podemos considerar que não existe apenas uma velhice, mas “velhices”, cada qual envelhecerá conforme as condições objetivas materiais do decorrer da vida lhe permitir.

O velho, em sociedades capitalistas, sofre a opressão que se dá tanto pela desigualdade social e de classe, quanto pelo confinamento social, dado pela segregação, pelas histórias políticas de assistência social em instituições asilares, que remontam ao século XVIII, como ao abandono ou isolamento pela família que, com as transformações capitalistas, perde espaço como unidade de produção e reprodução social, que tinha em sociedades anteriores, e se vê exigida a buscar os meios de sobrevivência no mercado de trabalho, sem condições de manter seus idosos financeiramente, e com cuidados especiais. Portanto, as questões culturais relacionadas aos idosos, como “marginalização”, “morte em vida”, sujeitos estigmatizados e submetidos a estereótipos negativos ou efeitos psicológicos, como depressão, solidão, dentre outros, são consequências ou fatores determinados e não determinantes, são resultantes das condições objetivas materiais de existência. (TEIXEIRA, 2008, p. 82).

A pessoa idosa no modo de produção capitalista não é compreendida como prioridade para as agendas públicas, além de, socialmente também não ser valorizado, uma vez que este contexto reafirma o “ter” e não o “ser”, de modo que a pessoa idosa é deixada em segundo plano.

Por muito tempo se difundiu imagens dos idosos como inativos, improdutivos, peso social e familiar, que marca a desvalorização dos segmentos idosos, principalmente, daqueles das classes subalternas, como a classe trabalhadora. Mas, contemporaneamente o sistema altera as nomenclaturas utilizadas para o vocábulo “idoso”, como terceira idade, idade da maturidade, melhor idade, com outros significados que negam a velhice, confirmando nossa tese que a mesma é construção cultural e histórico-social (SOUZA, VILIONE E SOARES, 2017, p. 242).

O capital busca alterar a “imagem” da velhice na tentativa de alcançar as pessoas idosas enquanto público de venda, com “discursos interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. (DEBERT, 1999, p. 74)”, culpabilizando o indivíduo pela sua condição, apontando problemas de saúde enquanto ausência de auto cuidado, entre outras questões, que não consideram, as possibilidades que esta pessoa teve durante a vida, enquanto classe trabalhadora.

Assim, o retrato da velhice do trabalhador pobre está longe da tão propagada “idade do lazer” ou “terceira idade”. Os idosos mais pobres vivem em famílias numerosas, 53% deles com cinco ou mais membros. Logo, a “síndrome do ninho vazio” que gera depressão, isolamento, também não se enquadra nessa realidade. Esses idosos também concentram os piores índices de escolaridade: 68,3% não têm nem um ano de escolaridade, não sendo em tese os alunos das universidades da terceira idade. Além disso, os mais pobres (66,4%) são negros e estão concentrados nas regiões mais pobres do país: Nordeste e Norte, fruto das desigualdades sociais e regionais. (TEIXEIRA, 2008, p. 142).

Portanto, o que Teixeira (2008) aponta, reafirma, que as condições objetivas de vida enquanto classe trabalhadora apontará para a velhice desse cidadão, podendo esta pessoa idosa estar inserida em um contexto de ausência de políticas públicas e de condições para a qualidade de vida e de trabalho, o que o conduzirá para a “velhice trágica”.

Quanto maior for a desigualdade social, e a prevalência dos “excluídos” do processo produtivo formal, maior será o contingente de pessoas idosas dependentes de recursos previdenciários, saúde e assistência social, ou seja, do tripé da seguridade social[...] (SANTOS, RIOS, SILVA E SOARES, 2017, p.89).

As pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, em situação de violência e violação de direitos tornam-se público para a política de assistência social.

[...] a assistência social brasileira deixou de ser, em tese, uma alternativa de direito, ou dever moral, para transformar-se em direito ativo ou positivo, da mesma forma que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea – pública e privada - para transformar-se em sujeitos detentores do direito à proteção sistemática devida pelo Estado (PEREIRA, 1996, p. 99).

A política de assistência social é executada através do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, sendo direito a quem dela necessitar, conforme preconizado na Constituição Federal brasileira vigente.

Enquanto Sistema Único é previsto que a assistência social ocorra integralmente em todo território nacional seguindo os mesmos princípios, objetivos e diretrizes, o que ainda é um desafio, haja visto que, teoricamente, a política de assistência enquanto direito é um ato recente e que, anterior a isto, já era “executada” através de instituições filantrópicas que desenvolviam caridade, no entanto, o objetivo era o atendimento aos pobres e necessitados.

Com o sancionamento da assistência social enquanto direito, muitas das instituições filantrópicas se tornaram “parceiras” dos municípios, firmando convênios ou recebendo subvenções inicialmente, para manter a execução dos serviços que seria de responsabilidade do Estado.

Este desafio foi vivido pela assistência social do Município de Franca/SP, em que contava com o atendimento de determinadas instituições há mais de cem anos, que posteriormente, se tornaram parte da rede socioassistencial.

É importante salientar que a atitude estatal de “terceirização” daquilo que seria de sua responsabilidade também se trata de uma conduta neoliberal, de modo a manter-se enquanto Estado mínimo, enquanto a sociedade civil organizada, o terceiro setor, se movimenta a prestar os atendimentos, executando uma política pública, se utilizando, na

maioria das situações de mão de obra voluntária (minimamente as diretorias das instituições do terceiro setor são formadas por voluntários), portanto, ainda se utilizando da caridade.

A crítica que fazemos não é quanto a conduta do voluntariado, mas sim, do Estado, que deixa de prestar o serviço de modo integral, ainda que “profissionalizando” as equipes, oferecendo treinamentos e capacitações, não deixa de ser iniciativas que terceirizam o serviço público.

O Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas é um serviço socioassistencial tipificado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

No Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Nº10.741/2003), traz a definição no artigo 37 que:

Art. 37. A pessoa idosa tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de *entidade de longa permanência* será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais reforça aquilo que já havia sido considerado também no Estatuto da Pessoa Idosa, de modo que o acolhimento ocorrerá em situação excepcionalidade, quando esgotadas todas as possibilidades, quando o grupo familiar for inexistente e for caracterizado ausência de recursos financeiros próprios ou da família.

Entendendo que a rede socioassistencial do município era formada, em grande parte, por instituições seculares, que realizavam seu atendimento muito anterior à concepção da política de assistência social, cada qual a executava a seu modo e sem um trabalho em rede, ou seja a assistência não estava unificada, com fluxos específicos e pré discutidos, o que tornava desafiadora a execução, era necessário um reordenamento para que esta conseguisse estabelecer em conjunto, o que estava previsto nas normativas enquanto trabalho em rede e não apenas, enquanto equipamentos individuais.

A intenção em pesquisar sobre a temática advém do desejo de dar continuidade à pesquisa iniciada pela pesquisadora no ano de 2013, em seu trabalho de conclusão de curso, para obtenção do título de bacharel em serviço social. Nesta, fora estudada a demanda reprimida das instituições de longa permanência para pessoas idosas, ou seja, a lista de pessoas que estavam em espera para acessar o serviço de acolhimento, em uma instituição específica, naquele momento, o Lar São Vicente de Paulo.

Como resultado da pesquisa foi compreendido que grande parte das pessoas que aguardavam por aquela vaga possuíam a possibilidade do atendimento em outros serviços tipificados pela Política de Assistência Social, constando na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Durante o ano de 2014 a pesquisadora ingressou enquanto assistente social no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, instituição filantrópica que executa o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas na modalidade abrigo institucional, ou Instituição de Longa Permanência para Idosos- ILPI. Neste ano o município de Franca inicia uma grande capacitação com as equipes técnicas dos serviços da rede socioassistencial, visando o Reordenamento da Política de Assistência Social da cidade, iniciando pelos serviços da proteção social básica. Em 2017, o processo alcança também a proteção social especial de alta complexidade, com as equipes dos serviços de acolhimento institucional.

Do ano de 2018 a 2019 ocorreu a implantação daquilo que estava sendo construído inicialmente. Inicia-se em 2020 o período pandêmico, com a contaminação em massa com o vírus COVID-19.

Os dados desta investigação foram analisados, com base no método crítico dialético e em suas **categorias teóricas**, que são próprias do método, sendo as principais: o trabalho e a totalidade social;

as categorias não são tomadas de forma isolada, mas historicizadas, porque essa interconexão lhes altera o sentido original, razão pela qual a totalidade, não se resume a uma mera junção de fatos, mas se constitui em um todo articulado. A totalidade é outra categoria fundamental do método dialético. No entanto, não há totalidade que não seja histórica e contraditória. (PRATES, 2016, p. 118)

Assim como as **categorias analíticas**, ideologia da velhice, envelhecimento trágico e família; “As analíticas são aquelas que são utilizadas para identificar fenômenos que auxiliam a explicar nosso problema de pesquisa ...” (PRATES, 2016, p. 118)

Além das **categorias empíricas** que poderão surgir ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa.

Além das categorias teóricas, podemos trabalhar com *categorias empíricas*, ou seja, aquelas que emanam da expressão dos sujeitos ou de documentos analisados e que devem ser adensadas teoricamente para auxiliarem no processo de análise dos dados. (PRATES, 2016, p. 119)

A pesquisa é atual e possui uma relevância social, acadêmica e política, uma vez que discute a política pública de assistência social com uma vertente crítica, possibilitando compreender avanços e desafios vivenciados com o processo de reordenamento desta, com enfoque no atendimento à pessoa idosa no serviço de acolhimento institucional, com

interações da pandemia da COVID-19, em que as pessoas idosas foram consideradas um grupo de risco, principalmente as acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas.

O objeto da pesquisa será a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19. O objetivo geral “Analisar a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas- SAIPI frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19”, considerando o período de 2014 a agosto de 2021, compreendendo que de 2014 a 2017 ocorreu o início da capacitação para o processo de reordenamento da política de assistência social do município, de 2017 a 2019 período pós capacitação dos profissionais da rede e de 2020 a 2021, período pandêmico.

Esta investigação, é uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, no município de Franca/SP. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, pesquisa documental. Utilizamos a técnica “análise conteúdo”, na organização, classificação e categorização. A análise dos dados foi pelo método eleito materialismo histórico dialético, fazendo aproximações sucessivas à concreticidade, partindo do real para a dimensão reflexiva.

Partiu do pressuposto que de que anterior ao período de reordenamento alguns usuários que tinham a possibilidade de atendimento em outros serviços eram acolhidos no SAIPI por não existir no município alguns serviços tipificados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais específicos para este público, além de não existir um fluxo específico enquanto rede socioassistencial, mas sim esforços individuais de profissionais em situações pontuais, o que com o reordenamento da política de assistência social houve alteração, no entanto, com a pandemia da COVID-19 e a suspensão destes serviços, usuários que poderiam ser atendidos em outros serviços e que já haviam sido encaminhados, retornassem para a demanda do serviço de acolhimento institucional, além da interrupção de discussões de casos em rede e de educação continuada para os profissionais, fazendo com que alguns conceitos fossem desconsiderados.

No primeiro capítulo será abordado a gênese do capitalismo e da questão social, alcançando o primeiro objetivo específico. O segundo capítulo contextualizará as políticas públicas, a política pública de assistência social e o atendimento à pessoa idosa. O terceiro capítulo apresentará os resultados da pesquisa documental, analisando o processo de reordenamento da política de assistência social do município de Franca/SP e seu impacto na

demanda reprimida do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas do período de 2014 a agosto de 2021.

A dissertação se encerrará com as considerações finais, apresentando as conclusões percebidas no decorrer do estudo. Não se pretende com a presente pesquisa esgotar todo o assunto abordado, considerando que a realidade é mutável e tomada por mediações, compreendendo que será necessário aproximações sucessivas para melhor compreensão desta.

CAPITULO I – ENVELHECIMENTO E VELHICE NA ÓTICA DO CAPITAL

Neste capítulo, para problematizar nosso objeto de estudo, ou seja, “a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19”, vamos primeiramente compreender o capital e a questão social, mostrando as crises do capital e o rebatimento na categoria trabalho e a consolidação da hegemonia do neoliberalismo, no capitalismo contemporâneo. Em seguida iremos analisar as diferentes teorias explicativas do envelhecimento e velhice humana, entre elas podemos citar gerontologia social, positivista, trajetória de vida (paradigma anglo-saxônico), ideologia capitalista, entre outras, com ênfase na gerontologia social crítica, compreendendo o processo de envelhecimento da classe trabalhadora, e suas implicações com as condições de produção e reprodução da sociedade capitalista. O envelhecimento é um tema complexo, com múltiplas determinações nas relações como a demografia, as diferenças culturais (raça, gênero, etnia, entre outras), os aspectos sociais, econômicos e psicológicos.

1.1.O capital e a questão social na sociedade burguesa

A luz do método materialista histórico dialético, buscaremos traçar um panorama histórico do sistema capitalista, para posteriormente, traçar o movimento histórico do envelhecer da classe trabalhadora na sociedade capitalista brasileira.

Na gerontologia social, há várias teorias explicativas acerca do envelhecimento humano, afirma Teixeira (2021, p. 75) “que orientam para a construção de modelos de intervenção social sobre o envelhecimento e conseqüentemente, sobre as políticas públicas dirigidas para o segmento dos que têm idade avançada”. Ainda segundo a autora, “nenhuma política é neutra ou desprovida de direção teórica, política e ideológica. Ela reproduz o pensamento hegemônico na área sobre o envelhecimento e as políticas necessárias para atender as necessidades das pessoas idosas”.

A várias concepções e modelos de envelhecimento na gerontologia social, segundo Carvalho (2012) e Teixeira (2021, p. 76) apontam em seus estudos que na gerontologia social podem ser sintetizadas em duas grandes perspectivas: francófona e anglo-saxônica. “Na primeira prevalece o modelo biomédico, cronológico e demográfico, em que o envelhecimento significa ‘ser velho’ e ‘ter mais idade’, processo marcado pelo declínio ou pela decadência fisiológica, orgânica e física do organismo”. Nesta perspectiva, ressalta-se a

prevalência da falência da vitalidade do ser humano, incapacidade para o trabalho, logo, improdutiva, mas também perdas de papéis sociais, diminuição dos contatos

sociais, solidão e isolamento, devendo a sociedade e o Estado protegerem essas pessoas, socializando os custos do envelhecimento de um segmento que participou da criação de riquezas dessa mesma sociedade, com seu trabalho no vigor de suas forças físicas. (TEIXEIRA, 2021, p. 76)

Estes tipos de abordagens do envelhecimento humano são generalistas, a-histórica e acrítica, como se todos envelhecessem da mesma forma e sob as mesmas condições.

Na segunda, a anglo-saxônica vai prevalecer a abordagem do envelhecimento como “*ageing*” (ciclo de vida), afirma Teixeira (2021, p. 78) “como um processo ‘*in transitio*’, de adaptação à mudança, parte do ciclo de desenvolvimento humano. Como parte do ciclo de vida, tem relação direta com a trajetória de vida, hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos”. Ainda segundo a autora “Esses também podem alterar e reverter os aspectos negativos do envelhecimento, como as disfuncionalidades, incapacidades e doenças, a depender de seu estilo de vida”.

Neste trabalho, pretendemos defender e buscar um referencial crítico na Gerontologia social e do Serviço Social, este último em consonância com o projeto ético-político. Assim sendo, entende-se que há a necessidade de aproximações sucessivas à realidade para que assim se consiga vislumbrar a essência do objeto aqui estudado, conforme bem nos coloca Kosik (1986), saindo da imediatez, do que está posto.

Para se compreender a economia ou as transformações ocorridas com o modo de produção capitalista é necessário que anteriormente se compreenda que este é fruto da interação do homem com o meio.

A principal diferença do ser humano com os demais animais é a condição de planejar e raciocinar sobre o que está produzindo, ou seja, ele não age unicamente por instinto, mas sim idealizando o que está fazendo e para qual fim, o que Marx chama de teleologia, deste modo, o produto nasce primeiramente no mundo das ideias, para posteriormente, ser concretizado no plano real.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 2003, p. 211).

Deste modo, inicialmente, o ser humano tem sua interação com a natureza com um objetivo próprio, a sobrevivência e/ou de sua família/comunidade, levando em consideração que o ser humano é um ser que vive em comunidade, um ser sociável.

A interação do homem com a natureza se dá por meio do trabalho, de modo que sua ação transforma o meio, e o trabalho transforma o homem.

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes (LUKÁCS, 2012, p. 286).

O ser social tem sua centralidade no trabalho, quando através de sua interação com o meio busca garantir sua sobrevivência e de sua comunidade, este ser se modifica a partir do momento em que produz, ou seja, altera a natureza e a transforma, e concomitantemente, reproduz, alterando a si mesmo e a sociedade.

O trabalho e os produtos do trabalho introduzem na vida continuamente novas necessidades e com elas novas maneiras de as satisfazer. Em uma palavra: enquanto tornam a reprodução da vida humana sempre mais variada e complexa, levando-a cada vez mais distante da reprodução biológica, ao mesmo tempo também transformando o homem autor da práxis, o afastando cada vez mais das determinações da reprodução biológica da própria vida, sendo que nesse processo a base biológica da vida não é jamais suprimida, mas apenas sociabilizada, pois vão surgindo no homem características e capacidades qualitativas e estruturalmente novas no seu ser-homem. (LUKÁCS, 2012, p. 268)

Ainda neste contexto, descobrimos o conceito do “valor de uso”, compreendendo que desde seus primórdios em sociedade o ser humano produzia, se utilizando da natureza para sua sobrevivência, deste modo, o trabalho era pautado exclusivamente no valor de uso, ou seja, em sua relação com a natureza o ser humano produzia para sua própria existência, seu uso e de sua família, com o intuito de utilizar toda sua produção.

Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade da “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia, etc. Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, maior será o valor de sua mercadoria, pois ele necessitará de mais tempo para produzi-la. (MARX, 2003, p. 117).

No encontro de novas necessidades o trabalho passa a ser obra de cooperação entre os homens, com o processo de reprodução o homem vai se modificando ao passo que modifica a natureza. Na busca por sanar as novas necessidades, o ser humano passa também transformar a sociedade em si e o meio de produção.

É importante pontuar que nesta fase, o homem controlava o seu tempo de acordo com os fatores naturais, bem como, a ordem de produção, plantio, colheitas, consumo dos produtos, eram de acordo com a estabelecida pelo próprio meio ambiente. O tempo de trabalho do homem era pautado nas condições climáticas da natureza e também fisiológicos do próprio homem (fome, sono), o que nos faz considerar, que as necessidades humanas eram respeitadas.

A partir do estabelecimento de grupos e aldeias em determinadas localidades e posterior crescimento, se tem o início das cidades. De acordo com Engels (2012, p.81), o termo Gens na Grécia surge para caracterizar um grupo que possui uma descendência comum, sendo unidos por certas instituições sociais ou religiosas, caracterizando uma comunidade particular.

Foi na Gens Grega que surgiu a necessidade da propriedade privada e do Estado, mas o Estado só surge no Estado Ateniense e a propriedade privada em Roma, sendo que esse Estado e a essa Propriedade privada não possuem a natureza jurídica igual à atual, uma vez que o Estado não era um ente (terceiro) como existe na sociedade capitalista e, a propriedade privada, não possuía a característica atual de mercadoria (propriedade burguesa). (ANDRADE, 2020, p. 312).

Com o crescimento destes grupos, é necessária maior organização, surgindo o Estado e o início da divisão do trabalho.

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições das Gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas; uma instituição, em uma palavra, que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E esta instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 2012, p. 214).

O Estado nesta fase da sociedade possuía um papel de organizador, posteriormente, também de conquista, de novas terras. Em meio a este contexto, a divisão de classes fica evidente.

Mas foi na Gênese do Estado Ateniense que nasceu o Estado dos antagonismos de classe, considerado um poder público central, com poderes governamentais, que passaram a regular o povo, isto é, o restante das pessoas que não ocupavam lugar no poder central, então divididos em três classes sociais: os nobres, os agricultores e os artesãos. (ANDRADE, 2020, p.313).

Na idade média a sociedade passa a ter um novo sistema de produção, o feudalismo, que se trata de uma forma sustentável de produção, de modo que a terra era dividida em feudos e os senhores feudais organizam o cultivo. Aquilo que era plantado era consumido dentro do próprio feudo. Neste modo de organização a sociedade era dividida em Clero (membros da igreja católica), Servos (classe mais baixa, camponeses) e nobreza (senhores feudais). Os feudos surgem após as guerras impossibilitarem que pequenas fazendas mantivessem a capacidade produtiva, fazendo com que

muitos camponeses transferissem suas terras em troca de arrendamento ou prestação de serviços, até de tornarem servos.

O Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2012, p. 216).

A terra passa a ser sinônimo de riqueza no modo de produção feudal, sendo possuída pelo clero e pela nobreza. Os camponeses ou lavradores que se tornavam servos, eram aqueles que não detinham terras e obrigatoriamente, por se tratar de uma sociedade que buscava seu sustento praticamente todo na agricultura, precisavam trabalhar na terra de um senhor feudal, para garantir a sobrevivência.

Os senhores feudais “cediam” uma parte de terra, chamada gleba, para que os servos pudessem trabalhar, entregando parte do que era produzido ao proprietário da terra. A gleba não poderia se tornar herança, ainda que em uso do servo, a propriedade permanecia sendo do senhor feudal.

Andrade (2020, p. 322) cita que durante o feudalismo a propriedade privada possuía um significado distinto daquele utilizado pelo capitalismo, uma vez que as propriedades não poderiam ser negociadas e seu uso estava baseado na lealdade entre “senhor” e “servos”.

Assim, somente após a Revolução Francesa irá se abolir a “propriedade privada” feudal, criando a propriedade privada capitalista, para atender os anseios da burguesia. Com essa revolução, institui-se a revolução agrária, transformando as propriedades privadas feudais em privadas capitalistas, com a possibilidade da monopolização da terra. Assim, passa a não mais existir as relações de domínio e servidão presentes na Idade Antiga e na Idade Média. (ANDRADE, 2020, p.322).

Na idade antiga e idade moderna a sociedade vive alguns momentos de transformações, passando por diferentes formas de Estado, por exemplo, a Teocracia¹, a Monarquia² e Democracia³.

A idade moderna começou no ano 1453 com a tomada da cidade de Constantinopla e vai até o ano de 1789 com a Revolução Francesa. Este período abriga importantes marcos históricos: O renascimento cultural, no qual muitos costumes irão florescer. Os descobrimentos e colonizações, dentre as quais há a colonização portuguesa em território brasileiro. Também é o período dos questionamentos das doutrinas pregadas pela igreja católica, e por isso, vão surgir movimentos contra a igreja católica, as denominadas: reformas protestantes. É período ainda, que a igreja católica realiza as contrarreformas, a inquisição e catequização dos povos colonizados. Outro marco que se desenvolveu durante a idade moderna foi o mercantilismo, em que o rei dita suas ordens para o comércio, criando regras para a venda dos produtos. (MENDONÇA; SANTOS, 2019, p.01).

¹Teocracia: Governo divino, governantes escolhidos por Deus ou a encarnação de divindades.

² Monarquia: Governo de um só, o poder emana de uma única pessoa, o rei ou rainha. Reinados são passados por hereditariedade e o poder, geralmente é vitalício.

³ Democracia: Poder do povo, o governante é escolhido pelo povo.

Nesta época a burguesia está em ascensão, ainda de forma sutil, as mercadorias produzidas passam a ser utilizadas também para a troca, princípio do “valor de troca”, uma vez que o ser social deixa de produzir unicamente para sua subsistência, passando a produzir suas mercadorias com excesso, para trocar por outras que não são produzidas por eles, ou ainda, por moedas.

Com a produção mercantil – produção não mais para o consumo pessoal e sim para a troca – os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não sabe o que é feito dele. Logo que o dinheiro, e com ele o comerciante, intervém como intermediário entre os produtores, complica-se o sistema de troca e torna-se ainda mais incerto o destino final dos produtos. Os comerciantes são muitos, e nenhum deles sabe o que o outro está fazendo. As mercadorias agora não passam apenas de mão em mão, mas também de mercado a mercado; os produtores já deixaram de ser os senhores da produção total das condições de sua própria vida, e tampouco os comerciantes chegaram a sê-los. Os produtos e a produção estão entregues ao acaso.”. (ENGELS, 2012, p. 197)

Nesta fase, com a burguesia em ascensão, o poder emanava do Rei, sendo um poder totalitário, chamado absolutismo, no entanto, este fato passa a ser questionado. Diante disso, surge o Iluminismo, um movimento intelectual que busca na razão as explicações para os questionamentos. A História da modernidade é marcada por este período, também conhecido como idade da razão ou das luzes. Além deste movimento, inicia-se também a Revolução Industrial, enquanto principal marco entre o fim do modo de produção feudal e o modo de produção capitalista.

O significado mais amplo da Revolução Industrial tinha sido precisamente delineado por Marx, para quem esta revolução marcara a separação entre a propriedade e o trabalho e a concentração da riqueza imobiliária havia encerrado definitivamente a sociedade denominada ainda por formas de propriedade e produção feudais, inaugurando uma nova sociedade, com novas formas de propriedade dos meios de produção, novas relações sociais decorrentes do processo de produção capitalista. (ARRUDA, 1991, p. 16).

A burguesia passa a ter relevância nessa sociedade a partir do momento que acumula dinheiro e patrimônios, ficando em evidência.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. [...] A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. [...] A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em suas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2005, p. 40-41).

O modo de produção capitalista tem em meio à sua base fundamental, a desigualdade, sendo ela necessária para que o capitalismo funcione obtendo o lucro, o seu principal objetivo.

O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação da mais-valia. O processo de

trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. (MARX, 2003, p. 51).

O modo de produção capitalista altera o trabalho que possuía, até então, a condição de humanização do ser social enquanto interação do homem com a natureza, passando a desumaniza-lo. Conforme afirma Antunes (1995, p. 123) “Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado.”

O capitalismo, porém, como um modo de produção antagônico, que traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição. Através de um sinuoso percurso, marcado por crises cíclicas, cuja intensidade crescia, à medida que se reproduziam, o capitalismo foi acentuando a diferenciação entre as classes e fazendo do movimento de valorização do capital o movimento fundamental da sociedade burguesa constituída. (MARTINELLI, 2005, p. 69)

A transformação do sistema feudalismo para o capitalismo é um marco importante para a sociedade, uma vez que demonstra sérias mudanças ocorridas na época, bem como, no modo de viver da população.

A emergência do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana. A agricultura britânica viveu momentos de profundas rupturas e transformações. A posse da terra passou por um processo de concentração nas mãos de grandes proprietários, com a desapropriação dos pequenos lotes familiares, das terras da Igreja e, principalmente, das terras comunais dos camponeses medievais. Tal processo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura. Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos da sua terra, alijados dos seus meios de produção e de reprodução sociais, eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades urbanas em péssimas condições de vida. Haviam-se tornado mercadorias para a indústria, consumidos dentro e fora do processo de produção fabril. (BRANCO, 2006, p. 12).

Enquanto no feudalismo o tempo da sociedade era regido pela natureza, no modo de produção capitalista, isso é drasticamente alterado, passando a ser cronometrado pelo tempo da máquina.

[...] o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinarizada de ponta a ponta (BRESCIANI, 2008, p. 18).

para o enriquecimento da burguesia. No período de capitalismo comercial se compreende que ocorreu também a acumulação primitiva, que conforme Marx (2003, p. 828) “é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção”, momento em que a burguesia se torna dona dos meios de produção, passando a assalariar os trabalhadores, sejam ele rurais ou urbanos, deste modo, estes trabalhadores não possuíam outros meios para produzirem, restavam-lhes apenas a venda da força de trabalho. “Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema” (LUKÁCS, 2012, p. 136).

O capitalismo industrial é marcado por um momento em que nas cidades crescem o número de manufaturas, empresas ou oficinas que o maquinário pertencia a um determinado empresário que contratava um funcionário para produzir mercadorias utilizando seus meios de produção e sua matéria prima. Em troca do trabalho realizado era pago um salário, retirado da venda do próprio item por ele produzido.

Neste caminho, a burguesia buscando aumentar o seu poder econômico, organizou as primeiras indústrias. Os burgueses se tornaram proprietários de máquinas automáticas de tecer e donos também da matéria-prima. E contratavam trabalhadores para confeccionar os produtos que seriam comercializados. Assim, os burgueses foram acabando com a atuação dos pequenos de trabalhadores, em geral artesãos, que atuavam como autônomos, uma vez que, em suas indústrias, passaram a produzir mais rápido, com mais qualidade e em maior quantidade. A execução do trabalho dentro das fábricas era especializada, e desse modo, cada trabalhador realizava uma função específica. Surge neste sentido, à divisão do trabalho, bem como, surgem novas classes: a classe trabalhadora (operários que vendem a sua força de trabalho) e a classe dos donos dos meios de produção (empresários). As condições nas quais se desenvolviam este trabalho eram de exploração, altas jornadas e precarização. (MENDONÇA; SANTOS, 2019, p. 04).

Durante o capitalismo industrial ocorrem a primeira e a segunda revolução industrial. Com o surgimento de novos maquinários, movidos a petróleo e outros combustíveis que possibilitavam a produção em alta escala o capitalismo vai caminhado rumo ao imperialismo, fase do capital que se fazia necessária a busca por um maior mercado consumidor, mão de obra e matéria prima barata.

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias [...]. – A existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade de administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, portanto, da política em geral. Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção. A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a

dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no âmbito da propriedade privada. (MARX; ENGELS, 2001, p. 56)

As alterações ocorridas no plano econômico geraram impactos no setor político e ideológico. Com forte influência dos pensamentos da burguesia e sua não aceitação do regime absolutista e mercantilista, surgindo o Iluminismo.

A burguesia passa a fazer a defesa do liberalismo, com a defesa do livre mercado, propriedade privada e praticamente nenhuma interferência do Estado na economia do País. Nesta fase o capitalismo vive uma transição, saindo do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, fase do imperialismo.

O imperialismo traz algumas características próprias das demais fases do capitalismo, marcada pela concorrência de grandes monopólios.

O momento em que o capitalismo industrial alcança níveis elevados, ou seja, quando se eleva a um patamar superior, é que se desenvolve o imperialismo, e com isso há uma tendência de socialização da produção de maneira ampla, assumindo as seguintes características:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2012, p. 43)

As características deste período nos fazem compreender seu nome enquanto “Capitalismo Financeiro”.

Nesta fase o capital recebe a influência do “Liberalismo”, que conforme Behring (2009), se trata de uma lógica em que o Estado é mínimo, não interferindo sobre a economia.

A lógica liberal funda-se na procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo supostamente natural de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. A “loucura das leis humanas” não pode interferir nas leis naturais da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “benefícios aos homens”. Trata-se, portanto, de um Estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude. Um Estado com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada (BOBBIO, 1988). Adam Smith, principal formulador dessas concepções, acreditava que os indivíduos, ao buscarem ganhos materiais, são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que asseguraria a ausência da guerra de todos contra todos, preconizada por Hobbes (BEHRING, 2000). A coesão social se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do

mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais. Não há para ele, portanto, contradição entre acumulação de riqueza e coesão social. (BEHRING, 2009, p. 04).

O ideário liberalista levantou no campo intelectual o que foi considerado como “Darwinismo Social”, em que acreditavam que sobreviviam os mais fortes e por esse motivo não havia necessidade de intervenção estatal com a população empobrecida.

Nesse ambiente intelectual e moral, não se devia despendar recursos com os pobres, dependentes ou “passivos” (KANT apud COUTINHO, 1989), mas vigiá-los e puni-los, como bem mostrou o estudo de Foucault (1987) ou expressa a nova Lei dos Pobres de 1834 (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Relação semelhante se mantém com os trabalhadores: não se deve regulamentar salários, sob pena de interferir no preço natural do trabalho, definido nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da negação da política e, em consequência, da política social. (BEHRING, 2009, p. 06).

Ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX ocorreram alterações no mundo econômico que enfraqueceram esta vertente, como, por exemplo, o fortalecimento do movimento operário, a vitória do movimento socialista em 1917 na Rússia, a monopolização e a concentração do capital.

A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos tomados como naturais: a crise de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (SANDRONI, 1992, p. 151) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo. (BEHRING, 2009, p. 07).

Com a crise de 1929 o liberalismo abre espaço para as ideias de Keynes, o Keynesianismo.

A expressão teórica e intelectual dessa limitada autocrítica burguesa teve seu maior expoente em Keynes (1983), com sua Teoria Geral, de 1936. A situação de desemprego generalizado dos fatores de produção – homens, matérias-primas e auxiliares, e máquinas – no contexto da depressão, indicava para ele que alguns pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política não explicavam os acontecimentos. Keynes questionou alguns deles, pois via a economia como ciência moral, não natural; considerava insuficiente a Lei de Say (Lei dos Mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução; e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio

econômico, segundo o qual a economia capitalista é autorregulável e tende à estabilidade. [...] Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão, com estímulo à economia. (BEHRING, 2009, p. 09).

Somadas às intervenções no plano econômico, também compunha as propostas Keynesianas ou do “Estado de bem estar social” a elaboração de políticas sociais para a população.

Contudo, os “Anos de Ouro” do capitalismo “regulado” e da social democracia começam a se exaurir no final dos de 1960. As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais. (BEHRING, 2009, p. 09).

Em contraponto à teoria Keynesiana surgem as ideias Neoliberais, avançando após a década de 1970.

A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos de 1970 e 1980, espraiando-se na década de 1990 em todo o mundo, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao Welfare State (ANDERSON, 1995). A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos de 1960 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do Welfare State. (BEHRING, 2009, p. 10).

Os neoliberais consideram as ideias Keynesianas como responsáveis pela crise e traçam sugestões como plano de superação à crise.

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (BEHRING, 2009, p. 10).

O neoliberalismo tem como algumas de suas frentes a defesa pelo estado mínimo, diminuição de políticas sociais, sendo as existentes, focalizadas e restritas.

Sônia Draibe (1993), por sua vez, sustenta que o neoliberalismo viveu uma primeira fase de ataque ao keynesianismo e ao Welfare State. No entanto, há uma segunda fase, esta mais propositiva, com ênfase, no que diz respeito aos programas sociais, no trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização. Assim, trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos. (BEHRING, 2009, p. 11).

O resultado desta lógica é um alto índice de desemprego na década de 1990, aumento da pobreza, do desemprego e desigualdade.

Como bem colocou Martinelli (2005), o capital é marcado por crises cíclicas, e o que cita Marx complementa a ideia exposta pela autora, demonstrando que além de ter como marca as crises, também tem a necessidade de possuir um “exército industrial de reservas”.

O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução. (MARX, 1988a, p. 192)

O capital utiliza o Exército Industrial de Reservas como força de manobra para manter os baixos salários, de modo a “forçar” que a classe trabalhadora aceitasse as péssimas condições de vida e de trabalho por receio de perderem o emprego, no entanto, a união dos trabalhadores fez com que movimentos sociais repercutissem, colocando em risco a ordem vigente, colocando em evidência a questão social, tema a ser discutido no próximo item.

1.1.1. Questão social no capitalismo: as respostas do Estado capitalista

Em meio ao pauperismo instalado ainda no século XIX, a classe trabalhadora passa a realizar movimentos, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, estes movimentos se tornam possíveis a partir do momento em que a população toma consciência da situação em que vivem, passando a questionar a ordem vigente. Este fato recebe o nome de “Questão Social”.

A expressão ‘questão social’ torna-se efetivamente pública a partir do momento em que os trabalhadores passam a questionar a ordem vigente, por volta do século XVIII. As condições determinantes para sua existência já estavam consolidadas, mas até então permaneciam ocultas:

[...] poderíamos afirmar que a “questão social” na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a ‘questão social’ torna-se uma questão eminentemente política. Por isso afirmamos que a ‘questão social’ que tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas manifestações (PASTORINI, 2007, p. 103).

Diante de tal cenário criado, de pobreza e miséria, o Estado busca o controle da pobreza, de modo que essa não perturbe a ordem vigente, por este motivo, se criam as políticas públicas, em primeiro momento, com perfil coercitivo e punitivo. Neste contexto surgem as políticas públicas, de forma contraditória, já que também é conquista dos trabalhadores, mas também é um instrumento do Estado para a manutenção da “ordem social”.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213).

As políticas públicas surgem enquanto resposta do estado aos movimentos sociais, vêm com o intuito de garantir a “harmonia” da sociedade, evitando movimentos por melhores condições de vida e trabalho, além de proporcionar que as pessoas inseridas no exército industrial de reservas sobrevivam e deste modo seja mantido o lucro do capital, uma vez que o receio do trabalhador empregado de ser “trocado” por uma pessoa não empregada, pode restringir a exigência por melhores remunerações, sendo este fato, utilizado como força de manobra pelo capital, proporcionando o pagamento de baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo ou pelo decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. (MARX, 1988a, p. 195).

Após a Revolução Industrial é notado em meio ao proletariado o reconhecimento enquanto classe social, sendo percebido inclusive pela burguesia, compreendendo assim que em meio às fabricas, entre outros ambientes de trabalho, estava sendo construída uma identidade de classe. O proletariado “já não aceitava mais passivamente as práticas de assistência que a sociedade burguesa lhe oferecia, pois acima de tudo eram estratégias que pretendiam reforçar a submissão da classe trabalhadora ao domínio do capital”. (MARTINELLI, 2005, p. 83).

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistema de consenso variáveis, mas operantes. (PAULO NETTO, 2011, p. 30)

Segundo Pereira (2008), antes das políticas sociais a pobreza era vista como caso de polícia, possibilitando a Lei dos Pobres no século XIV, na Inglaterra, (esta, como outras legislações que foram criadas próximas, ou antes, da revolução industrial tinham um cunho coercitivo e punitivo ao não trabalho), esta era uma forma de regulação do Estado, quando este percebeu que as famílias não conseguiam cuidar de “seus pobres”, portanto o Estado passa a punir os pobres, considerando “vagabundagem”. Os que não teriam condições para o trabalho recebiam uma licença para mendigar, mas os demais eram açoitados e encarcerados.

Como resposta aos movimentos sociais que exigiam melhores condições de vida e salário, são deliberadas as políticas sociais, como forma de apaziguar a situação, de contenção à população, sem a intenção de romper com a realidade vivenciada pela população, apenas de garantir a sobrevivência.

Apesar da contradição, é necessário reforçar que os avanços alcançados pelos trabalhadores foram resultados de lutas e movimentos sociais, fazendo com que o Estado, representante e defensor dos interesses da classe dominante realizasse pequenas alterações com o intuito de manutenção da ordem societária vigente.

José Paulo Netto em seu texto “Cinco notas a propósito da ‘Questão Social’” (2001), discute acerca da questão social, discutindo que o pauperismo é parte intrínseca e fundante do modo de produção capitalista, portanto, para sua manutenção, sempre existirá pobreza, de mesmo modo, a questão social não possui resolutividade dentro do contexto do capital, uma vez que, ela se manterá como questão fundante e de manutenção do sistema. Em contraponto, as políticas públicas são antagônicas, contraditórias, uma vez que ao mesmo tempo se trata de uma conquista da população, também reflete como estratégia para a manutenção do sistema.

No capital, quanto mais riqueza se produz, mais miséria também é produzida, entendendo que a exploração do trabalho humano é uma das bases do sistema capitalista.

Paulo Netto (2001, p. 46) aponta que anterior à Ordem Burguesa a escassez acontecia devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que gerava ausência de condições para superá-la, no entanto, após o acontecimento da ordem burguesa, a escassez passa a ser produzida como parte fundante do próprio sistema.

A questão social não traz relação apenas com os problemas carregados historicamente pela humanidade, mas sim com a sociedade construída pelo Capital. Apesar de ser um sistema perverso, possui forças próprias para se refazer em suas ruínas, o fato da barbárie estar exposta não basta para encerrar o sistema, sendo necessário mobilizar-se para seu enfrentamento.

O Capital realiza alterações para lidar com as crises, criando formas de enfrentamento para as mesmas. As políticas públicas são uma destas reformas, ou seja, uma estratégia do capitalismo para manutenção da ordem vigente, mas não de enfrentamento ou de dissolução do pauperismo ou da própria questão social.

Paulo Netto (2001) também demonstra que na Europa viva um momento de grande crescimento econômico, o chamado “três décadas gloriosas”, enquanto, nos países periféricos (terceiro mundo) a população era marcada pela barbárie.

Alguns países da Europa Nórdica viviam o Welfare State, porém, os marxistas e poucos críticos sociais apontavam que por outro lado, o pauperismo, a pobreza, eram mantidos. Posteriormente o capital se apresenta com uma nova reforma, a instalação do neoliberalismo e a globalização, deixando notória a ausência do comprometimento com o âmbito social. Neste período, o Welfare State ganha cenário.

Segundo Paulo Netto (2001), alguns economistas passam a dizer que descobriram “uma nova pobreza”, “nova questão social”, os “excluídos”, como se dissessem que “a velha questão social” havia sido resolvida, no entanto, sabe-se que se tratava de uma caricatura da realidade, uma vez que políticas públicas não resolvem a relação social interposta pelo próprio sistema.

Conforme afirmado por Paulo Netto (2001), não existe uma “Nova questão social”, mas sim “Novas expressões da questão social”, o pauperismo é o mesmo, no entanto, a maneira que este se expressa é alterado, portanto, políticas públicas por si só não resolvem a “Questão Social”, uma vez que estas trabalham na manutenção da exploração da força de trabalho.

No próximo item, analisaremos o processo de envelhecimento e velhice em uma perspectiva de totalidade, considerando o envelhecer da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, com políticas públicas neoliberais.

1.2 Processo de envelhecimento e velhice em uma perspectiva de totalidade

O processo de envelhecimento acontece na vida do ser humano desde o dia em que se nasce, sendo um processo heterogêneo, ocorrendo para cada um de uma forma, de acordo com suas condições reais de vida.

A velhice compõe uma fase do processo de envelhecimento, com os determinantes biológico e psicológico se relacionando com a condição social. Segundo Teixeira (2017, p. 200) o processo de envelhecimento é um resultado da vida social e individual, “marcado pelas desigualdades sociais – de classes (e nos seus segmentos de classes) gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras. Mas, ao mesmo tempo, não é todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônico, trata-se de uma unidade na diferença e com diferenças”.

O envelhecimento da população vem sendo discutido desde o século XX, com vários desdobramentos, lutas e descobertas. O fenômeno pode ser responsabilizado pela diminuição da taxa de fecundidade, aumento da tecnologia, aumentando assim, a expectativa de vida.

Torna-se inegável que o aumento da expectativa de vida é uma conquista social, porém deve-se considerar que tal conquista não é linear, pois nem todas as populações têm tido o mesmo êxito em relação à longevidade. Há, de fato, uma heterogeneidade no próprio processo de transição demográfica, que é influenciado pelas condições de acesso aos direitos civis, políticos e sociais das populações. (COSTA, et al, 2017, p. 21).

Portanto, o aumento populacional do segmento idoso, consolida-se como uma tendência mundial, nos países de capitalismo central, ocorreu de forma gradual, nos países periféricos vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos, com acirrada desigualdade social. (SOARES, et al, 2027, p. 174). Alguns países a expectativa de vida, é inferior a 60 anos.

Apesar de ser percebido em grande parte do mundo, o envelhecer também é alterado de acordo com as condições econômicas, políticas e sociais de cada região, país e continente. Entretanto, a tendência é aumentar a expectativa de vida.

[...] por volta do ano de 2050, pela primeira vez na história da espécie humana, o número de pessoas idosas será maior que o de crianças abaixo dos 14 anos. A população mundial deve saltar dos 6 bilhões para 10 bilhões em 2050. No mesmo período, o número de idosos deve triplicar passando para 2 bilhões, ou seja, quase 25% do planeta. (BERZINS, 2003, p. 23).

A longevidade pode ser considerada uma vitória, no entanto, o simples fato de as pessoas estarem vivendo mais não significa que estejam envelhecendo com qualidade de vida, o período de vida por si só não demonstra a superação de outras expressões sociais como a fome, violência, entre outras.

Sob o aspecto cronológico, a fronteira do envelhecimento tende a expandir-se, embora biologicamente devamos enfrentar os problemas de uma velhice subdesenvolvida, em decorrência das carências nutricionais, sanitárias, educacionais, habitacionais etc., provocadas pelos desequilíbrios sociais e regionais do desenvolvimento. (MAGALHÃES, 1989, p. 20).

O envelhecimento por si só não é considerado uma expressão da questão social, mas sim o envelhecimento da classe trabalhadora, uma vez que esta população que advém uma vida com restrição de acessos à direitos, terão, com a velhice, novas demandas, surgindo assim a possibilidade de novas violações de direitos que podem culminar em desproteção social.

A abordagem do tema parte dos pressupostos analíticos de que o envelhecimento do trabalhador é a expressão da questão social, o que significa atribuir centralidade à problemática social do envelhecimento do trabalhador, e não uma condição inexorável que atinge a todo o grupo etário, indistinta e independentemente, conforme a força de trabalho é expropriada e explorada das condições de produção e da reprodução social, inclusive, do seu tempo de vida. Assim sendo, o envelhecimento não se constitui um problema social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico da população idosa, pela restrição de papéis sociais, familiares, trabalhistas. É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente, quando perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais. (TEIXEIRA, 2009, p. 02).

Diante deste contexto a ideologia capitalista somada a cultura ocidental vem a prejudicar essa população, uma vez que, exalta o “ter” e não o “ser”, valorizando a força de trabalho jovem e sua produtividade e desvalorizando as pessoas idosas, desconsiderando seu conhecimento e experiência.

Tal perspectiva leva-nos a priorizar a condição de classe como elemento central no detalhamento da problemática social do envelhecimento, sob a prevalência de um tipo de sociedade regida pelo trabalho abstrato que condena o trabalhador, não só a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, por exclusões pelo critério de idade, pela desvalorização social, pela pobreza, mas também, antes de tudo, condena-o a uma depreciação social que atinge toda essa classe, alienada e submetida às forças cegas da produção, sendo reduzida a força material de produção a um objeto destituído de qualidades e necessidades, principalmente, quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas. (TEIXEIRA, 2009, p. 02).

Conforme citado anteriormente, o sistema de produção capitalista “desumaniza” pessoas, tratando-as como produto. O envelhecimento da classe trabalhadora enquanto expressão da questão social é o resultado das ausências de acesso às políticas públicas, ou ainda, da efetivação das mesmas, no decorrer da vida, enquanto trabalhador.

As sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vem na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão-de-obra. (HADDAD, 1986, p. 16)

Ainda segundo a autora, a velhice da classe trabalhadora empobrecida, é trágica, devido as péssimas condições de vida e trabalho, assim é necessário políticas públicas, principalmente saúde, assistência social, e previdência, ao longo da vida dos/as trabalhadoras.

As políticas públicas voltadas para pessoas idosas passaram a ser discutidas como necessárias pelo Estado a partir do momento da tomada de consciência da classe trabalhadora que estava envelhecendo e reivindicação por melhores condições de vida, tornando deste modo, o envelhecimento uma expressão da questão social, principalmente quando a classe trabalhadora envelhecida perder o valor de uso para o capital.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p. 215).

Apesar das políticas públicas serem resultado da luta de classes e do avanço da classe trabalhadora, não se pode esquecer que estas foram criadas em um contexto em que o Estado é defensor dos interesses da classe dominante, contemplando as exigências realizadas pelos movimentos sociais de melhores condições de vida dos trabalhadores.

O desvendamento dos determinantes demonstra que o envelhecimento do trabalhador constitui-se em problemática social na ordem do capital, em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores, em especial, ao perderem o valor de uso para o capital, pela idade. Esses trabalhadores, por não disporem dos meios de produção, de rendas advindas da propriedade e de riqueza socialmente produzida, capazes de garantir uma velhice digna, assim como de uma família com meios e recursos disponíveis para responder às dificuldades sociais vividas por grande parte deles, principalmente, famílias empobrecidas, em situação agravada com o desemprego estrutural, com a precarização do trabalho, dentre outras vicissitudes sociais que impedem os familiares de prover cuidados e a subsistência do grupo, nessas circunstâncias, esses idosos são, então, submetidos à pobreza, à dependência dos recursos públicos e privados, ao abandono, às doenças, etc. (TEIXEIRA, 2009, p. 02).

Portanto, quando analisamos as condições de vida e de trabalho dos/as velhos/as no contexto brasileiro, percebemos que a população idosa não foi e ainda não é priorizada na agenda pública, nos repasses de recursos para a execução de políticas públicas, considerando as condições reais de vida dos trabalhadores, somando-se ao envelhecer, processo biológico, pode-se considerar que a luta desta população é a luta de todos/as os/as trabalhadores/as e ainda há muito a se conquistar.

Nos últimos 40 anos, intensificou mudanças na organização da produção e na exploração da força de trabalho, afirmam Lara e Canoas (2010, p. 137) “essas metamorfoses trouxeram consigo inovações tecnológicas e organizacionais e, simultaneamente, ocasionaram as diversas desregulamentações das relações de trabalho”. Ainda segundo os autores, o trabalhador depara-se com as mais “trágicas representações de desemprego, subemprego e aviltamento salarial, sendo obrigados, para manutenção da sua vida, a aceitar as precárias condições de trabalho”.

Os trabalhadores desempregados acima de 40 anos, com baixa escolaridade, a inserção no trabalho, é muito difícil, “e, quando ocorre se dá de forma precária. Geralmente os trabalhadores vão ocupar postos de trabalhos inferiores e recebem os menores rendimentos”. (LARA; CANOAS, 2010, p. 148)

Na produção capitalista brasileira demarca-se o racismo na estrutura da constituição das relações de produção capitalistas, afirma Martins (2021, p. 102) “o/a trabalhador/a negro/a sai das relações escravistas e adentra às relações de trabalho capitalista já na condição de reserva de trabalho”. Ainda segundo a autora, “o envelhecimento das/os trabalhadoras/es negras/os é visivelmente percebido no traçado, no corpo e na ‘alma’, de um homem e de uma mulher na condição de ‘espécie’ que personifica o capital, aprofundado pela discriminação, humilhações e desproteção social a que foram/são submetidas/os pelas relações produção capitalistas forjadas no racismo”. (MARTINS, 2021, p. 102).

A questão de gênero no envelhecimento, merece destaque, com o aumento populacional do segmento idoso, a predominância é de mulheres, no Brasil, e em outros países. A feminização na velhice segundo Camarano, Kanso e Leitão e Melo (2004, p. 29), tem sido evidenciada por fenômenos como:

[...] 1) maior longevidade das mulheres em comparação com os homens; 2) maior presença relativa de mulheres na população idosa, principalmente nos estratos mais velhos; 3) crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa; e 4) crescimento o do número de mulheres idosas que são chefes de família.

Entretanto viver mais, tem sido sinônimo de mais solitárias, algumas isoladas, com doenças crônicas e com maior vulnerabilidade, as mulheres idosas, segundo Almeida e Oliveira (2013), vivem uma invisibilidade perante as legislações existentes e nas políticas públicas, pois:

[...] nenhuma das legislações [...] menciona a questão de gênero ou incorpora questões específicas das mulheres. Desafios como a inclusão previdenciária daquelas que não exerceram trabalho remunerado, a promoção da alfabetização, formação educacional e acesso ao mercado de trabalho, particularmente importantes para as mulheres idosas, não são contemplados a partir de um recorte de gênero que dê conta das barreiras que elas enfrentam (ALMEIDA E OLIVEIRA, 2013, p. 94)

Portanto, viver mais para mulheres, mas invisível nas legislações e nas políticas públicas brasileira, tem trazidos sérios desafios, no tocante ao acesso à educação, a saúde, ao mercado de trabalho, entre outros.

Em síntese, podemos inferir que para compreender o envelhecer da classe trabalhadora, numa perspectiva de totalidade, é preciso olhar a sua complexidade e suas múltiplas determinações nas relações, segundo estudos de Faleiros (2014), e Teixeira (2017, p. 200) “como a demográfica, as perdas biológicas, os diferenciadores culturais (gênero, etnia, raça, regionais, geracional), os aspectos econômicos, sociais e psicológicos, as trocas em diversos âmbitos (família, amigos, gerações, cultura), dentre outros”. E ainda segundo a autora, este modo de “investigar cientificamente o tema, a partir do campo do Serviço Social, das ciências sociais aplicadas, é um diferencial em relação às abordagens gerontologias como campo hegemônico”. (TEIXEIRA, 2017, p. 200). É romper com a homogeneização a-histórica atribuída ao processo de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora.

No próximo capítulo, abordaremos a criação das políticas públicas, com ênfase na política pública de assistência social, procurando problematizar nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO II - A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO DIREITO

No segundo capítulo abordaremos a gênese das políticas públicas, com ênfase na política de assistência social, enquanto resultado da pesquisa bibliográfica, subsidiando a discussão que ocorrerá no terceiro capítulo, espaço que será apresentado o reordenamento da Política de Assistência Social no Município de Franca/SP.

2.1 A origem das políticas públicas

Conforme fora abordado no primeiro capítulo, o capitalismo é um modo de produção antagônico, tendo a desigualdade social como algo intrínseco. Engels (1985, p. 137) apresenta que as alterações sociais foram sentidas desde os primórdios do capital.

O novo modo de produção (capitalista) ainda estava apenas no início do seu ramo; ainda era o modo de produção normal, regular, o único possível naquelas circunstâncias. Mas já nessa altura provocava um mal-estar social gritante: era a concentração de uma população desenraizada nas piores zonas das grandes cidades, era a dissolução de todos vínculos tradicionais dos costumes, da subordinação patriarcal, da família, era o excesso de trabalho, em especial das mulheres e crianças em proporções assustadoras, era a desmoralização em massa da classe operária, de súbito a tirada para condições novas, a tiradas do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, de condições de vida estáveis para condições de vida inseguras que diariamente mudavam. (ENGELS, 1985, p. 137).

O Estado realizou uma importante participação na transição do feudalismo para o capitalismo.

[...] todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2003, p. 864).

Com a efetivação do modo de produção capitalista, o Estado desenvolve sua função, “a intervenção estatal na idade do monopólio é direcionada para garantir os super lucros dos monopólios e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções” (PAULO NETTO, 2011, p. 21), principalmente enquanto representante da classe dominante.

O estágio da produção de mercadorias com que começa a civilização caracteriza-se do ponto-de-vista econômico, pela introdução: 1) da moeda metálica (e, com ela, o capital em dinheiro), dos juros e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho como forma predominante na produção. A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente *o Estado da classe dominante* e, de qualquer modo,

essencialmente uma *máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada*. (ENGELS, 2012, p. 198, grifos dos autores).

No modo de produção capitalista a burguesia assume a posição enquanto classe dominante, com o Estado enquanto defensor de seus interesses.

Cada etapa do desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente (...), ali, terceiro estado, tributário da monarquia (...); depois, no período manufatureiro, servindo à monarquia semifeudal ou absoluta como contrapeso da nobreza e, de fato, como pedra angular das grandes monarquias em geral, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, *conquistou finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno*. (MARX; ENGELS, 2005, p. 71, grifo dos autores).

A propriedade e os interesses da burguesia passam a ser as principais defesas do Estado.

O Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto exterior quanto internamente (MARX; ENGELS, 2005, p. 74, grifo dos autores).

Com o avançar do capital também ocorre o aumento do pauperismo e da desigualdade social, uma vez que, a burguesia necessita da exploração, do trabalho não pago, para subtrair o seu lucro.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista. (MARX, 2003, p. 209).

Com a tomada de consciência da classe trabalhadora quanto à exploração em que estava sendo submetida, iniciam-se os movimentos sociais, movimentos da classe trabalhadora que passa a exigir melhor condição de trabalho e de vida, deixando de ser uma “classe em si”, tornando-se uma “classe para si”.

Quanto mais desenvolvidas, em sentido social, são as classes, quanto mais o seu ser social afastou as barreiras naturais, *tanto maior é o papel do fator subjetivo em suas lutas, a transformação da classe em si em uma classe para si*, e isto não diz respeito somente ao seu grau de desenvolvimento geral mas, aos aspectos singulares, até das personalidades dirigentes, cuja característica, segundo Marx, depende de cada caso (LUKÁCS, 2012, p. 246).

As reivindicações pressionam o Estado à tomada de condutas, uma vez que os movimentos passam a colocar a ordem vigente em risco. Diante disso, inicia-se o processo de criação das políticas públicas, em um contexto de contradição, ou seja, “num quadro de interesses contraditórios, atendidos pelo Estado capitalista, ou repassados para a sociedade civil, para obter e manter a hegemonia das classes dominantes, isto é, o consenso em torno da dominação”. (TEXEIRA, 2009, p. 67)

As legislações criadas próximas ou antes da revolução industrial possuíam um cunho coercitivo e punitivo ao não trabalho, tratando a pobreza com repressão, a título de exemplo, a Lei dos Pobres.

Apoiados em uma legislação das mais brutais de que se tem notícia, os modelos visualizavam a assistência como uma forma de controlar a pobreza e ratificar a sujeição e a submissão dos trabalhadores. Apoiavam-se essencialmente em três grandes estratégias: a intimidação, a repressão e a punição. (MARTINELLI, 2005, p. 84)

No século XIX a pobreza passa a ser punida com a “não cidadania”, se mantendo o contexto coercitivo e punitivo.

Se no reinado de Eduardo VI a pobreza e a ausência de atividade ocupacional eram punidas com a marcação de ferro em brasa no peito e, no de Elisabeth I, os mendigos tinham a cartilagem da orelha queimada, na Inglaterra do século XIX ser declarado pobre equivalia a perder um dos direitos mais fundamentais do ser humano: o direito à liberdade. A pobreza era punida com a “não cidadania”, isto é, com a destituição da cidadania econômica e com o cerceamento da liberdade de ir e vir. (MARTINELLI, 2005, p. 85).

Neste período surgem as Workhouses, local em que os pobres incapazes e pessoas sem trabalho eram levadas e mantidas trabalhando até a exaustão. Podemos considerar a gênese das Políticas Públicas neste contexto, repressivo e coercitivo, tendo como objetivo a manutenção da ordem vigente.

A Lei Speenhamland é promulgada em 1794, esta difere das demais pois não possuía um caráter repressivo, se tratava de um abono financeiro que complementava os salários, baseando-se no preço do pão.

Em 1834 entra em vigor a “Nova Lei”, iniciando os testes de meios, ou seja, criando critérios para o atendimento, definindo “pobres merecedores” e “não merecedores” do auxílio do Estado, revogando a Lei Speenhamland.

Diante da questão social, o Estado passa a responder com pequenas melhorias à população trabalhadora, de modo a evitar que a ordem vigente seja colocada em risco.

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender qual a resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou

algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. Mas mesmo as reformas sociais do período do pós segunda guerra não terão esse caráter. Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 63).

Em 1883, na Alemanha inicia-se aquilo que posteriormente se tornaria a Política de Previdência Social, com uma iniciativa de Bismarck com a criação do seguro social.

O primeiro sistema de seguro social foi criado por Bismarck na Alemanha, compondo-se de três seguros compulsórios: o seguro saúde (1883), o seguro de acidentes (1884) e o seguro de velhice e invalidez (1889). Diversos autores têm procurado explicar o surgimento de um sistema de proteção social tão avançado num dos países que mais tardiamente deu início ao processo de industrialização e transição do feudalismo ao capitalismo, quando outros países europeus que lideravam o desenvolvimento industrial sequer pensavam em um projeto equivalente. Estes estudos tem convergido para encontrar no próprio atraso da Alemanha o fundamento de sua iniciativa pioneira, e mesmo as características centrais do seguro social ali implantado. Isto porque a transição retardataria realizada pela Alemanha não se fez sob a hegemonia de uma burguesia liberal revolucionária, mas sim através de uma coalização entre as classes dominantes do velho e do novo modo de produção, construída a partir de uma decisiva intervenção do Estado na sociedade. Assim, ao invés de uma revolução burguesa, houve mais bem uma modernização conservadora, que não rompeu com o padrão de relações de autoridade tradicional. (TEIXEIRA, 1985, p. 404).

Neste período as ideias liberais eram dominantes, considerando os interesses da burguesia.

A limitação que atribuímos à transposição da dominação de classe para o sistema do direito positivo é, em muitos aspectos, importante para a sua compreensão. Em primeiro lugar, muitas sociedades de classes estão diferenciadas em várias classes com interesses divergentes, e não ocorre com muita frequência que a classe dominante consiga impor em forma de lei seus interesses particulares de modo totalmente ilimitado. Para poder dominar em condições otimizadas, ela precisa levar em conta as respectivas circunstâncias externas e internas e, na instituição da lei, firmar os mais diferentes tipos de compromissos. Está claro que sua extensão e magnitude exercem influência considerável sobre o comportamento das classes que deles participam, positiva ou negativamente. Em segundo lugar, o interesse de classe nas classes singulares é, na perspectiva histórica, relativamente unitário, mas em suas realizações imediatas ele muitas vezes apresenta possibilidades divergentes e, mais ainda, avaliações divergentes por parte das pessoas singulares envolvidas, razão pela qual, em muitos casos, a reação à legislação e à jurisdição não tem de ser unitária nem dentro da mesma classe. Isso se refere, em terceiro lugar, não só às medidas que uma classe dominante adota contra os oprimidos, mas também à própria classe dominante [...]. Abstraindo totalmente das diferenças entre os interesses imediatos do momento e os interesses em uma perspectiva mais ampla, o interesse total de uma classe não consiste simplesmente na sumarização dos interesses singulares dos seus membros, dos estratos e grupos abrangidos por ela. A imposição inescrupulosa dos interesses globais da classe dominante pode muito bem entrar em contradição com muitos interesses de integrantes da mesma classe (LUKÁCS, 2012, p. 233).

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, as ideias liberais passam por um enfraquecimento. Em 1929 ocorre a quebra da bolsa de valores de Nova York, fazendo com

que as ideias Keynesianas se fortalecessem, uma vez que a burguesia perde a confiança na auto regulação da economia, um conceito liberal.

Durante a década de trinta as perspectivas liberais de cortes nos custos de produção dos países desenvolvidos somente aumentaram as taxas de desemprego e de desestruturação social. Em oposição a esta proposta surge a proposta Keynesiana da política de pleno emprego que encontrou a resposta à crise instalada, com o aumento do consumo, das taxas de produtividade (LIMA, 2006, p. 42).

O Keynesianismo defendia o pleno emprego e a garantia da cidadania, enquanto direitos sociais, caracterizando o Estado de Bem Estar Social, ou Welfare State.

O segundo modelo clássico da Previdência Social originou-se na Inglaterra depois da Segunda Guerra e inspirou-se no Relatório de Lord Beveridge, dando origem ao Welfare State (Estado do Bem-Estar Social). Em sua doutrina, assume a condição de cidadania como universal, independentemente, portanto, da inserção no processo produtivo ou de contribuições ao sistema, sendo dever do Estado garantir um mínimo vital aos seus cidadãos.

A Lei de Educação, a Lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde, da década de 40, constituíram-se nos pilares do Estado do Bem-Estar Social, cujos mecanismos básicos foram a existência de um plano de seguro contributivo, compulsório e universal; a prestação de contribuições e benefícios de valores fixos ao nível de subsistências, e a suplementação deste mínimo por poupança voluntária. (TEIXEIRA, 1985, p. 405).

Este é o contexto de criação das políticas públicas no mundo, iniciando com o objetivo de repressão e de silenciar a população, se alterando para uma política pública que garanta apenas os mínimos sociais, não vislumbrando o rompimento da pobreza ou do pauperismo, mas sim sua perfeita manutenção, garantindo que o mercado permaneça com o exército industrial de reservas, mantendo a possibilidade de regulação dos baixos salários a partir deste conceito.

Importante salientar que anterior às legislações que criaram as políticas públicas com viés de atendimento à população, garantindo os mínimos sociais, o auxílio prestado à população em situação de extremo pauperismo era realizado através das instituições filantrópicas, em sua maioria, religiosas, algo que discutiremos no próximo item, abordando as políticas públicas brasileiras e posteriormente a política de assistência social no Brasil.

2.2 Políticas públicas de atendimento à população idosa: avanços e desafios

Não diferente do que ocorreu com as políticas públicas no mundo, no Brasil, estas também surgem em um contexto de contradição, em um panorama de movimentos sociais e de exigências por melhores condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Em 1907 o Brasil reconhece o direito a sindicatos, sob forte influência dos imigrantes europeus, que já possuíam um histórico de lutas por direitos sociais, os movimentos sociais

realizados pela população brasileira têm seu início, lutando por qualidade de vida e de trabalho. Em 1917, ocorre uma greve geral na cidade de São Paulo, uma novidade para o contexto brasileiro, causando temor à burguesia.

No governo de Arthur Bernardes o Decreto-Lei 4.682, segundo Haddad (1993, p. 18) atendeu a uma categoria combativa e significativa para economia da época. Assim foi criada uma Caixa de Aposentadoria e Pensão – CAP – em cada companhia de Estrada de ferro. Em um contexto em que a economia do País necessitava do transporte ferroviário e marítimo para escoamento da produção de café, em 1923 é promulgada a Lei Eloy Chaves, instituindo a Caixa de Aposentadorias e Pensões- CAPS aos ferroviários, sendo financiada e gerida pelos próprios trabalhadores.

Os ferroviários passaram a desfrutar de cobertura previdenciária a partir do momento em que se desligassem da produção, ou seja, por velhice, invalidez ou tempo de serviço. A assistência médica e pensão aos dependentes em caso de morte constituíram parte das medidas previdenciárias. (HADDAD, 1993, p. 18)

Surge no Brasil o início da previdência social, política contributiva. Salientamos que está fora fruto de ardilosa luta dos trabalhadores, com manifestações e greves, no entanto, o direito fora concedido apenas aos ferroviários e posteriormente aos marítimos, de forma estratégica, para não ocorrerem paralisações que pudessem prejudicar o mercado nacional.

Em 1926, o sistema de CAPs beneficiou os trabalhadores da “estiva e marítimos (Decreto 5.109, de 20 de dezembro), embora seus fundos só tenham sido acionados cinco anos mais tarde. Crescendo significativamente, o número de CAPs chegou a 183 no ano de 1937. As categorias mais atuantes foram as primeiras atendidas”. (HADDAD, 1993, p. 18).

Posteriormente, em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, da Educação e da Saúde. Em 1932 é criada a Carteira de trabalho. Em 1933 as CAPS são alteradas para IAPs- Institutos de Aposentadorias e Pensões, abrangendo novas categorias profissionais.

Em meados de 1930 nasce a política de saúde, vinculada a Política de previdência Social, portanto, passa a ter direito de acesso à saúde pública aqueles que contribuíam com a Previdência Social e seus dependentes.

A população que não contribuía com a Previdência Social acessava o atendimento de saúde proporcionado pela filantropia, os Hospitais Filantrópicos, as Santas Casas de Misericórdia.

A Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), tem seu início em 1942, comandada pela primeira Dama Dulce Vargas, ocorrendo as primeiras medidas de assistência social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p. 251), “terá de imediato um amplo papel de

mobilização da opinião pública para o apoio ao ‘esforço de guerra’ promovido pelo governo, e consequentemente ao próprio governo ditatorial”. Ainda segundo os autores, “para os soldados mobilizados serão patrocinados diversos serviços de promoção e lazares (cantinas, espetáculos, etc.) A assistência às famílias dos convocados terá também um amplo caráter promocional”.

Portanto, inicialmente a LBA surge como um meio de prover os desvalidos da segunda guerra, segundo Benedito (2017, p. 37) “com o tempo ela assume outras áreas da assistência social, como se pode observar através de um extrato do Relatório sobre as diretrizes e realizações da LBA, apresentado aos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo, referente ao período de 1942 a julho de 1993)”.

No período de 1946 a 1966, a LBA foi sustentada pelos recursos dos institutos de aposentaria e pensão. Em 1966, os institutos de aposentadoria foram unificados. E importante salientar, conforme Benedito (2017, 38) não havia nenhum atendimento destinado aos/as trabalhadores/as velhos/as não previdenciários.

Em relação a velhice a LBA define seu principal objetivo, na Portaria de 9/11//1979, “proporcionar a integração do idoso, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida, ao fortalecimento dos laços familiares e à formação de uma atitude positiva em relação à velhice”. (HADDAD, 1986, p. 65)

A LBA é extinta em 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, sendo “extinta e os serviços descentralizados, passando a responsabilidade da formulação desses convênios para as Prefeituras Municipais, através das suas Secretarias de Assistência Social”. (BENEDITO, 2017, p. 39).

Em 1943 é promulgada a CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas, após constantes lutas dos trabalhadores, inclusive sob greves com embates policiais. Anterior a este período trabalhava-se de 12 a 16 horas diárias, os trabalhadores não possuíam o direito às férias e descanso semanal, as indústrias definiam o seu modo de trabalho conforme melhor lhe aprouvesse. Entretanto,

os pobres, o exército industrial de reserva, os ‘não-rentáveis’ (crianças, adolescentes, idosos, deficientes, desempregados) e trabalhadores cujas atividades não são reconhecidas na CLT, que têm seu reconhecimento e sua visibilidade bloqueados, impedidos de vocalizar suas demandas pela falta de mecanismos organizativos que promovam ameaça a ordem, destinava-se à assistência social, uma política paralela ao sistema de seguros de Vargas. (TEIXEIRA, 2008, p. 159).

Em termos de conquistas da proteção social do segmento idoso, vamos ter com aumento populacional do segmento idoso tanto a nível internacional quanto nacional, fruto das lutas sociais via participação social dos/as velhos/as trabalhadores/as.

2.3 As lutas e as conquistas da população idosa

A nível internacional a velhice vai entrar na agenda da política mundial em 1980, como resultado de mobilizações políticas anteriores, afirma Soares et (2017, p. 177) “eis os marcos políticos desse cenário: pauperização dos velhos, afloramento de movimentos sociais e o capital tentando construir novos nichos de mercado”. Assim, vamos ter uma preocupação com a velhice da classe trabalhadora “localizados nos países, inicialmente do chamado primeiro mundo e, depois por óbvios, do (mal) chamado – ou difamado – terceiro mundo em diante. (CAMPELO E PAIVA, 2014, P.168).

Em 1982, a Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena, realiza a primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (AME), voltada para os países centrais. Segundo estudos de Camarano e Pasinato (2004) e Soares et al (2017, p. 177) “destacam as 66 recomendações para os Estado em relação a: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem estar social, previdência social, trabalho e educação”. Ainda segundo as autoras, “as recomendações deste plano visavam a independência visava promover a independência do idoso dotado de meios físicos ou financeiros para sua autonomia”.

O Plano não avançou como se esperava, afirma Campelo e Paiva (2014, p. 177), mas buscou “submeter a lógica de privilegiar os planos econômicos e políticos em detrimento dos temas sociais no âmbito das Nações Unidas”. Ainda segundo a autora:

Atenção principal do plano era a situação de bem-estar social das pessoas idosas dos países capitalista hegemônicos, dotado de um forte apelo à promoção da independência e autonomia do(a) idoso(a), ‘novo ator social’, concebido como indivíduo independente financeiramente (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 171)

Na América Latina este plano vai influenciar também, sendo que várias Constituições foram alteradas, como é caso do Brasil, com a Constituição Federal de 1988, afirmando a gênese da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social. Mas é importante salientar que a Constituição é fruto das mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora, que já a tempo estavam organizados na luta pelos seus direitos sociais.

A segunda Assembleia Mundial de Envelhecimento (AME), acontece em 2002, vinte anos após a primeira AME, em Madri, votada para o envelhecimento populacional dos países periféricos. Segundo estudos de Camarano e Pasinato (2004) e Soares et al (2017, p. 178), mostram que uma “declaração política e um novo plano de ação que deveriam servir de orientação à adoção de medidas normativas sobre o envelhecimento no início do século XXI”.

Ainda segundo as autoras “tais nortes buscam exercer uma ampla influencia nas politicas e programas dirigidos à população idosa em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento.

Na AME II, a Organização mundial da Saúde (OMS) lançou o documento “Envelhecimento Ativo: um marco para elaboração de políticas”, segundo Soares et al (2017, p. 179) que “contempla um novo paradigma para entender o envelhecimento. Entretanto, este paradigma está envolto à ideologia da velhice, na simples ‘inserção’ do indivíduo na comunidade, buscando disseminar uma proteção social positiva na velhice”. Ainda segundo as autoras, “convoca a responsabilização do sujeito e da família sobre seus cuidados, não contemplado o questionamento e a reflexão acerca das condições objetivas de vida dos velhos trabalhadores”.

No Brasil, o período de Ditadura Militar se inicia em 1964 se encerrando em 1985, após um longo período de mobilizações sociais. Este período é marcado por ser um momento de grande repressão. Mas um contra partida foi um período, segundo Behring e Boschett (2011, p. 64) dos movimentos de organização e de pressão da classe trabalhadora. Entre eles destacamos na conjuntura pré-constituíste, “o fortalecimento da sociedade civil com diversos movimentos sociais (envolvendo reforma agraria, sindicais, questões sobre mulher, idoso, negro, pessoas com deficiência, entre outros) nas reivindicações de melhorias e na luta pela democratização contra o Estado ditatorial”. (SOARES, et al, 2017, p. 180).

Assim, em 1988 é instituída uma nova Constituição Federal, sendo chamada de Constituição Cidadã. Com a Constituição Federal de 1988 a política de Saúde torna-se direito de todos os cidadãos em território brasileiro e responsabilidade do Estado, e a Política de Assistência Social de quem dela necessitar e a Previdência Social, de quem a ela contribuir, formando assim o tripé da Seguridade Social.

A perspectiva das lutas sociais envolve a constituição de sujeitos políticos e os mecanismos de reivindicações, mobilizações, problematização de necessidades sociais, cujas respostas- através das políticas sociais, como mecanismo de administração dos conflitos e da manutenção da ordem -, são partes constitutivas de um padrão legítimo de trato às refrações da questão social, de um modelo hegemônico de proteção social que o estado da luta de classes e a correlação de forças vão constituindo. Essas lutas, que incluem desde o movimento operário ao movimento de aposentados e pensionistas e a outros encabeçados por ONGs de nível nacional e internacional, são elementos fundamentais na constituição da questão social, na problematização de necessidades sociais. Insta esclarecer que se atribui centralidade à relação capital/trabalho e às lutas sociais na constituição da questão social na sociedade capitalista, e, portanto, de suas refrações, embora algumas delas sejam, indiretamente, engendradas por essa relação. Porém, como destaca Houtart (2001), genericamente, todas elas estão articuladas e são afetadas pela adoção de certos mecanismos econômicos, financeiros, políticos e sociais que sempre atingem camadas mais diversas da população mundial, sendo, então, resultantes da exacerbação das consequências do capitalismo. (TEIXEIRA, 2009, p. 03).

As políticas públicas seguiram o contexto de contradição, de modo que toda a normatização ocorrida que garantiu as políticas públicas no País ocorreram devido à pressão criada pela classe trabalhadora, através dos movimentos sociais, que colocavam a ordem vigente em risco, portanto, é necessário reafirmar que todas foram conquistadas pela população e que os brasileiros não foram “agraciados” com a bondade dos governantes.

No próximo item discutiremos sobre a criação da Assistência Social enquanto direito na sociedade brasileira, suas normativas e estrutura.

2.4 A política brasileira de assistência social: avanços e retrocessos

Em seus primórdios, a assistência social era realizada pela filantropia e pela igreja, movida pela caridade e benesse, trazendo em seu histórico o atendimento aos pobres e necessitados por pessoas caridosas, perpassando por conceitos higienistas e assistencialistas.

A Assistência Social surge no feudalismo, como modo de caridade praticado pela Igreja Católica, com práticas de acolhimento dos órfãos, aliada com o modo de ajuda solidária, mas no seu interior havia um mecanismo de controle e vigilância que não permitia transgressões da ordem divina vigente e pretendia a aceitação, por parte de cada indivíduo, da condição em que se encontrava, disseminando que esta condição se dava segundo a vontade de Deus. Esta prática propiciava o entendimento de que a igreja era parte da organização social feudal e também conselheira, detentora de poderes divinos. Transmitia-se que a Igreja era o próprio Deus na terra e assim ganhava legitimidade e aceitação do poder real, visto enquanto agente da vontade divina, nascendo a caridade aos povos como essência de controle e dominação. (BARROS; CUNHA, 2013, p. 03).

Neste período não se era exigido um conceito técnico para “realizar” a assistência social, vinculado sempre à caridade e a bondade.

A assistência social sempre foi muito mais aceita e entendida no senso comum como prática da sociedade sem lhe exigir, como componente, a qualidade de trabalho técnico profissional com suporte científico-metodológico para garantir resultados em suas ações, serviços, atividades e programas. Ela foi sendo caracterizada como ação voluntária de ajuda material presidida mais pela atitude do que pelo conhecimento e pela razão. É ainda socialmente decodificada pelo que tem sido tradicionalmente, isto é, uma prática que pertence ao campo da ajuda, da caridade, da benemerência, da fraternidade, da filantropia, da solidariedade, ou pertencente ao campo do gesto, onde a colaboração do voluntariado social perante o mais fraco se destaca face ao compromisso de Estado com a proteção social pública a riscos e vulnerabilidades pessoais e sociais. A gestão de uma política de Estado exige mais do que o gesto, pois depende de efetivas condições permanentes na gestão pública. Isto já foi aqui referido e até mesmo atribuído à atitude populista e paternalista. (SPOZATI, 2007, p. 444).

As profissões surgem sempre de acordo com a necessidade humana, com o serviço social não fora diferente. Enquanto a assistência social era compreendida como atuação de

peessoas caridosas, a figura do assistente social enquanto técnico não aparecia, no entanto, com a culminação da questão social, este surge como um aliado do Estado na manutenção da ordem vigente.

Nesta lógica em que o objetivo é a acumulação, o aspecto humano é naturalmente relegado e os conflitos cedo ou tarde surgirão. Para dar conta desses conflitos e abrandá-los ou até e, preferencialmente, eliminá-los, docilizando o trabalhador, surge a figura do assistente social, inicialmente nos Estados Unidos em 1898 e no Brasil em 1936 com o mesmo objetivo. A Assistência Social é dotada de um DNA de dominação que acaba por servir ao sistema para a garantia da ordem e do controle. O assistente social é um agente incumbido da missão de observar os desajustes sociais e buscar meios de harmonizar os conflitos[...]. No momento em que o assistente social consegue efetividade a harmonização dos conflitos está exercendo o poder disciplinar e docilizando os indivíduos. (BARROS; CUNHA, 2013, p. 04).

A questão social nesta época era compreendida como uma questão moral, sendo tratado pela assistência social o ajustamento do indivíduo. A primeira escola de Serviço Social no Brasil é formada pela Igreja Católica em São Paulo, em 1936. Nesta mesma época o Serviço Social é incluído na divisão social e técnica do trabalho.

A Igreja oferecia suporte às políticas do Estado, e Vargas cooperava com muitos dos propósitos da Igreja Católica, preocupada com a restauração cristã da sociedade brasileira (Montenegro, 1972). A partir dessa aliança, houve uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas. Essas instituições educacionais foram significativas na formação de pessoal para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes. (BULLA, 2003, p. 7)

Nesta fase a assistência social ocorre com uma visão higienista, com um trabalho voltado à orientação, com cunho conservador, e vinculada às instituições católicas e na área da saúde, até que o Estado passa a ser um grande empregador dos assistentes sociais, realizando intervenções em prol da classe dominante, um Estado que “passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social.” (IAMAMOTO, 2007, p. 172). Segundo Paulo Netto (2011, p. 22) “o Estado funcional ao capitalismo monopolista [...], [se torna] no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista que opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”.

Em 1942 nasce a LBA- Legião Brasileira de Assistência Social, sob o comando da primeira dama, Darcy Vargas, contando com muitos voluntários, mantendo a assistência ainda no campo da benevolência e não enquanto direito. O primeiro damismo se tornou um padrão da assistência social brasileira, sendo reproduzido no âmbito municipal e estadual.

A assistência social era executada enquanto assistencialismo, buscando promover assistência social à maternidade, à infância, a adolescência e aos desempregados, além de outros atendimentos, descentralizados e não planejados. Os atendimentos eram baseados no clientelismo, na troca de favores e benesse.

Já no período de ditadura militar são criadas no Brasil a FUNABEM- Fundação do Bem Estar do Menor e a FEBEM- Fundação Estadual de Bem Estar do Menor. Durante toda essa fase, a assistência social é constituída enquanto benemerência, caridade, executada por voluntários, “pessoas de bom coração”, que buscavam ajudar aos pobres, ou ainda, de cumprir o seu papel enquanto religiosos.

Apenas em 1988 a assistência social é decretada enquanto direito a quem dela necessitar, após a promulgação da nova Constituição Federal que traz em seu texto o tripé da seguridade social, saúde a todos, assistência social para quem dela necessitar e a previdência social, contributiva.

Em 1989 é criado o Ministério do Bem Estar Social. Em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS é sancionada, apresentando as diretrizes, objetivos e princípios da política de Assistência Social que deverão ser seguidos em todo o território nacional.

Em seu artigo 02º a LOAS traduz os objetivos da Assistência Social.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993).

Percebe-se que a política de assistência social trabalhará na garantia dos mínimos sociais, no entanto, sabe-se que existe uma grande distância entre o que está garantido em lei e o que está efetivado.

Outro ponto a se destacar no artigo 02º é o seu parágrafo único, que traz que o enfrentamento da pobreza ocorrerá de forma integrada às políticas setoriais, no entanto, a articulação intersetorial ainda é um desafio.

O artigo 04º apresenta os princípios da Política de Assistência Social.

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 1993).

Em seu artigo 05º podemos encontrar as diretrizes da política de assistência social.

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993).

Para cumprimento da II diretriz da política de assistência social que considera a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações é que são desenvolvidos os conselhos, contando com uma formação paritária, em que 50% dos conselheiros são representantes da sociedade civil e 50% do poder público. Os conselhos são órgãos de controle e fiscalização das políticas públicas e uma ferramenta de participação da população para a construção das mesmas.

De igual modo são realizadas as Conferências, também em âmbito municipal, estadual e nacional, com o intuito de garantir a participação da população na construção da política.

Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social é sancionada. Esta estabelece a divisão da assistência social em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo que a básica trabalha em prol da prevenção do rompimento de vínculos familiares e a violação de direitos, enquanto a especial trabalha com situações em que o vínculo familiar já fora violado, ou já exista violação de direitos. A proteção social especial é subdividida em Média e Alta Complexidade, compreendendo que na média complexidade ainda há vínculo familiar, mesmo que fragilizado, diferente da alta complexidade, em que os vínculos já foram rompidos ou são inexistentes.

Em 2012 é aprovada a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social, constando de forma mais específica a organização do SUAS- Sistema Único de Assistência Social.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109/2009) é promulgada em 11 de novembro de 2009, nesta especifica os objetivos, o público alvo, as garantias afiançadas de cada serviço a ser realizado pela política de assistência social, possibilitando a unificação do sistema em todo território nacional. Os serviços especificados nesta normativa são determinados da maneira como segue em seu artigo 01º:

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
 - b) Serviço de Acolhimento em República;
 - c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
 - d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.
- (BRASIL, 2009).

Apesar dos serviços serem tipificados e garantidos por lei enquanto política de Assistência Social, é correto afirmar que sua efetivação não acompanhou o mesmo ritmo da promulgação de suas normativas, havendo ainda um longo e árduo caminho a ser trilhado para que isso ocorra em todo o território nacional.

Uma vez que a política de assistência social nasce de uma cultura de benemerência e caridade, isso dificulta o entendimento e a compreensão desta mesma política enquanto direito.

Há um simbólico arraigado à cultura social e política brasileira que sugere ser a assistência social a área de governo que autoriza aos necessitados, de preferência aos mais necessitados dentre os necessitados, o “acesso gratuito” a bens para sua subsistência. A exemplo, se o leite é distribuído pela política da saúde, ele tem sua

entrega ao usuário como parte de um programa nutricional baseado em assegurar nutrientes, calorias e padrões saudáveis de alimentação materno-infantil. Se o mesmo leite é distribuído ao usuário pelo serviço público de assistência social, essa entrega é entendida como doação, auxílio ou ajuda para dar de comer à criança pobre ou faminta, filha de pais carentes. Transmuta-se a mesma ação de garantias de resultados a uma ação de ordem moral e emergencial, direcionada a carentes, sem qualquer relação ou menção a direitos ou deveres. Passa a ser uma atitude do governante (ou de sua mulher em particular), e não uma responsabilidade de Estado. É interessante notar que a criança pode ser a mesma — como a mesma poderá ser sua família —, todavia, o guichê estatal da assistência social transmuta na versão conservadora, o direito à nutrição em ajuda ao pobre, pelos usos e costumes da cultura institucional brasileira, mesmo após a CF-88. (SPOZATI, 2007, p. 441).

As políticas públicas brasileiras estão inseridas em um contexto neoliberal, portanto, apesar de haver a intervenção do Estado, estas não pretendem romper com a condição de pobreza ou de promover a emancipação humana, mas apenas de manter a subsistência da população e compõe o exército industrial de reservas.

De acordo com Draibe (1993), os neoliberais advogam a favor do mercado e da privatização do patrimônio público, argumentando em benefício da redução do papel do Estado e de suas funções no campo social. Diante dessa realidade, o que se constatou no plano prático, especialmente a partir dos anos 1990, foi um retrocesso da intervenção estatal, acompanhada da flexibilização das relações trabalhistas, da precarização da relação patrão/empregado, do aumento do desemprego e do trabalho informal, além do desmonte dos direitos sociais e da focalização das políticas e dos programas sociais em direção aos segmentos mais pobres. (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 117)

Conforme citado por Pereira e Teixeira (2013), após os anos de 1990 há um desmonte dos direitos sociais, algo próprio do perfil neoliberal, além da focalização das políticas, o que reforça mais uma vez o caráter contraditório das políticas públicas, já que são executadas de modo a demonstrar para a população um atendimento às suas requisições através dos movimentos sociais, porém, não em sua totalidade e não com o propósito de rompimento da ordem vigente.

Outro ponto importante a se discutir é a parceria da política de assistência social com o terceiro setor, não sendo difícil ocorrer que esta seja executada majoritariamente por instituições filantrópicas com parcerias estabelecidas com o Estado. Atualmente esta parceria permite o atendimento e o acesso à grande parte da população aos serviços, no entanto, dificulta a quebra do paradigma entre caridade x assistencialismo e direito x assistência social, uma vez que, ainda ocorre no País que, apesar da parceria com o Estado e a execução enquanto política pública, a conta ainda é paga pela sociedade civil organizada, o terceiro setor, ou seja, apesar de existir repasse público para a realização dos serviços, as instituições ainda se utilizam de Recursos Humanos voluntários, da realização de eventos beneficentes para arrecadação de

recursos, entre outros meios para que os serviços sejam realizados com qualidade e para garantir o acesso da população àquele serviço.

Apesar de ser um direito, a assistência social ainda é executada em sua maioria pelo terceiro setor, a rede de filantropia, apesar de ser uma política pública, a conta ainda é paga pela sociedade civil, no intuito de realizar caridade.

No próximo capítulo abordaremos o contexto da política de assistência social no município de Franca e o reordenamento desta, apontando os resultados da pesquisa documental e demonstrando o impacto do reordenamento na demanda reprimida do Serviço de Acolhimento institucional para Pessoas Idosas no Município, do período de 2014 a agosto de 2021.

**CAPÍTULO III - O REORDENAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

Neste capítulo terceiro, procurando problematizar nosso objeto de estudo, ou seja, “a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19”, vamos primeiramente refletir sobre o processo de reordenamento vivido pela Política de Assistência Social na cidade de Franca, que alterou a formatação da Política de Assistência Social da cidade, com adequações de modo a cumprir o que estava sendo previsto nas normativas referente a esta política. Em seguida, vamos refletir sobre a motivação da pesquisadora pela temática, enquanto parte integrante da equipe de profissionais convidados a participar das oficinas que ocorrem para o reordenamento, uma vez que desde seu princípio a mesma compunha a rede socioassistencial do município, como trabalhadora, ocupando o cargo de assistente social no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo. Em seguida, vamos mostrar o percurso metodológico da investigação, iniciando com a proteção social, direitos sociais e cuidados que direcionam a Política de Assistência Social para a pessoa idosa, no município de Franca, interior do Estado de São Paulo. Iremos também analisar a proteção social, direitos sociais e cuidados que direcionam a Política de Atendimento às pessoas idosas em Franca- SP.

3.1. O processo de reordenamento vivido pela Política de Assistência Social na cidade de Franca – SP

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2005, p. 17)

Durante o ano de 2014 o Município de Franca/SP iniciou o processo de reordenamento da política de assistência social. O chamado “Reordenamento” foi uma alteração na formatação da Política de Assistência Social da cidade, com adequações de modo a cumprir o que estava sendo previsto nas normativas referente a esta política, conforme podemos notar pelo trecho citado por Peres (2015, p. 07), anterior a esse processo, o município já sofria alterações na política de assistência desde o ano de 2005.

Assim, em consonância com as diretrizes e orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a partir de 2005, Franca iniciou a reestruturação organizacional da Secretaria de Ação Social (SEDAS); criou as divisões técnicas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE); constituiu equipe de monitoramento e avaliação; instalou as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); organizou a realização do Cadastro Único; integrou os profissionais de psicologia nas equipes das unidades estatais; descentralizou os serviços nos

territórios; e definiu cofinanciamento por pisos. Com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio das Resoluções nº109/2009 (*Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*) e nº16/2010 (*Define os parâmetros Nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social*, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social dos Municípios e do Distrito Federal), os serviços foram reorganizados por níveis de complexidade, bem como foram estabelecidos parâmetros para inscrição de entidades e organizações de assistência social no CMAS. (PERES, et al., 2015, p. 07).

A Política Nacional de Assistência Social (2005), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), foram algumas legislações que nortearam o processo vivenciado pelo Município de Franca/SP.

O processo envolveu o órgão gestor da política de assistência social, bem como, toda a rede socioassistencial, sendo necessário um espaço para a discussão e elaboração de alguns conceitos, como, objetivos da assistência social, público alvo de cada serviço, níveis de proteção social, entre outros.

O conceito de assistencialismo e política pública de assistência social era de grande relevância para o alcance do objetivo do processo de reordenamento, levando em consideração que o município também sofreu o mesmo impacto sentido nacionalmente devido à gênese desta política, como já fora apresentado no capítulo anterior, uma vez que foi concebida primeiramente como benevolência e altruísmo e tardiamente, elaborada enquanto política pública e direito a quem dela necessitar, conforme prevê o artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

A partir da iniciativa da Secretaria de Ação Social do município, os profissionais da rede socioassistencial foram subdivididos para participarem de uma capacitação dirigida pelo Instituto Paulo Freire, iniciando pelos profissionais que compunham a Política de Proteção Social Básica em 2014.

A capacitação ocorreu de modo sistemático e contínuo, com oficinas previamente agendadas e acordadas com os grupos. Vale salientar, que sendo uma iniciativa do município, os profissionais envolvidos, tampouco as instituições convidadas não tiveram custos relacionados à participação, salvo, o transporte da equipe para o local combinado.

Em 2017 as equipes do Serviço de Acolhimento Institucional foram inseridas no processo de capacitação, recebendo do Instituto Paulo Freire oficinas com assuntos diversos, tais como, os objetivos do serviço de acolhimento institucional, o público alvo, os critérios, entre outros inerentes ao tema.

Os profissionais participantes foram escolhidos pelas instituições, sendo convidados todos que compunham a equipe técnica de cada entidade, considerados potenciais multiplicadores dos temas abordados durante as oficinas, de modo a levarem as discussões aos membros das diretorias, acolhidos e demais profissionais.

Além do processo de capacitação, algumas alterações de fluxo de atendimento e a programação da criação de novos serviços ou aumento de vagas em serviços já existentes foram pactuadas, possibilitando avanços para a política de assistência social do município.

A pesquisadora participou deste processo de reordenamento, que considera muito importante para a efetivação dos direitos sociais da população idosa francana, e gostaria de mostrar esta experiência.

3.2. Motivação da pesquisadora pela temática

O processo de reordenamento também foi sentido pela pesquisadora como parte integrante da equipe de profissionais convidados a participar das oficinas, uma vez que desde seu princípio a mesma compunha a rede socioassistencial do município, como trabalhadora, ocupando o cargo de assistente social no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo desde o ano de 2014, no entanto, este processo foi sentido com maior intensidade em 2017 quando alcançou também o serviço de acolhimento institucional. Anterior a este período a pesquisadora percebia o processo de maneira mais branda, uma vez que estava na condição de conselheira do então Conselho Municipal da Terceira Idade-COMUTI, atual Conselho Municipal da Pessoa Idosa-COMUPI, além de participar das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS como ouvinte.

No ano de 2013 a pesquisadora apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, apresentando a análise da demanda reprimida do Município de Franca/SP do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas.

Na ocasião a discente buscou compreender o perfil das pessoas idosas que estavam presentes na lista de “Demanda reprimida” do Lar São Vicente de Paulo em Franca/SP, ou seja, pessoas idosas que solicitaram vagas em uma determinada Instituição de Longa Permanência para Idosos- ILPI de Franca/SP e que, no entanto, ainda não haviam sido atendidos, investigando se na citada lista possuía pessoas idosas com perfil de atendimento para outros serviços e/ou modalidades listadas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, percebendo também qual a compreensão dos sujeitos sobre as Políticas Públicas voltadas para

peessoas idosas no Município de Franca, quais os equipamentos sociais conhecidos por estes e o real motivo da solicitação de vaga no serviço de acolhimento institucional.

Em 2013, momento em que os usuários foram entrevistados e período em que a lista de demanda reprimida foi analisada, foi compreendido pela pesquisadora que muitos usuários solicitavam uma vaga em instituição de Longa Permanência para pessoas idosas- ILPI devido à ausência de informação sobre outros serviços e/ou modalidades, também de seu direito, bem como por uma questão cultural do Município, regada a preconceitos acerca do conceito do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas- SAIPI e das Políticas Públicas, compreendendo ainda como benevolência ou caridade. Também foi percebido que tal demanda recebia o público alvo de vários serviços tipificados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, além de pessoas idosas que possuíam necessidades de tratamentos de saúde, porém, não apresentavam violações de direitos ou rompimento e fragilidade de vínculos familiares, portanto, não se enquadravam no considerado público alvo para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas.

Diante dos processos vividos e percebidos pela pesquisadora, surge assim, o desejo de avançar com este estudo, uma vez que se compreende que a realidade é mutável, assim, é importante decifra-la, que segundo Iamamoto (2005, p. 64. grifo das autoras), *“um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”*. Deste modo, a pesquisadora se dispôs a pesquisar especificamente sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas, buscando realizar uma análise de qual o reflexo causado na demanda do mesmo após o reordenamento da política de assistência social e também da pandemia da COVID-19.

No próximo item, vamos mostrar o percurso metodológico da investigação, iniciando com a proteção social, direitos sociais e cuidados que direcionam a Política de Assistência Social para a pessoa idosa, no município de Franca, interior do Estado de São Paulo.

3.3. Proteção social, Direitos sociais e cuidados que direcionam a Política de Assistência Social para pessoas idosas em Franca- SP

Como já vimos nos capítulos anteriores, o envelhecimento da população idosa brasileira é um fenômeno que está ocorrendo em vários países. Nos países desenvolvidos ocorreu de forma gradual e com proteção social. Nos países periféricos, como é o caso do Brasil, está

ocorrendo de forma acelerada e sem efetivação da proteção social, exigindo novas ações e políticas públicas que possam garantir a qualidade de vida das pessoas idosas, o que inclui o reconhecimento e materialização de seus direitos.

Estudos do envelhecimento do perfil demográfico é um dos temas mais discutidos na contemporaneidade, afirma Soares, et al (2017, p. 173), todavia, essa “compreensão sobre tal fenômeno, muitas vezes, não ultrapassa a imediatez da vida real, não refletindo sobre as contradições do envelhecer sobre o embate entre capital e trabalho, numa sociedade em que os velhos trabalhadores são penalizados por sua condição de vida”. A análise do processo de envelhecimento e da velhice, numa perspectiva crítica, mostra que a velhice, não é homogênea, podendo considerar a existência de “velhices”. O envelhecer por si só não é uma expressão da questão social, no entanto, o que Haddad (1986) chama de “velhice trágica” sim, aquela que retrata a velhice da classe trabalhadora empobrecida.

Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

Portanto, é da classe trabalhadora a tragédia do envelhecimento, afirma Teixeira (2008, p. 64), “considerando-se a impossibilidade de reprodução social e uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente quando perde ‘o valor de uso’ para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida”.

O processo de envelhecimento se tornará uma das expressões da questão social quando a violência, a ruptura de vínculos familiares, a pobreza, a dependência, o adoecimento, entre outras questões, estiverem somados.

Evidentemente a questão social surge, em sua forma mais aguda, quando ocorre o desenvolvimento de violências estruturais, institucionais e cotidiana, pela apropriação desigual do produto social que afeta a todos os sujeitos, pela negação dos direitos, pelas péssimas condições de vida, pelo desemprego, pela falta de proteção social, pelo analfabetismo, pela violência e pelo desemprego, entre outros, que atingem especialmente os adolescentes e jovens, pobres e negros (CAMPELO e PAIVA apud SILVA, 2008, p. 62)

Portanto, as expressões da questão social ocorrem pela negação dos direitos sociais, conquistados historicamente pela classe trabalhadora, pelas características das políticas públicas, no Estado neoliberal.

O aumento da proporção de pessoas idosas fragilizadas e dependentes de assistência e cuidados médicos, associado ao alto custo de um cuidador domiciliar, aumenta a demanda por atendimentos das instituições para pessoas idosas. Apesar de a família ser o espaço ideal para vivência das pessoas e para o desenvolvimento da identidade e independência, quando há violação de direitos, rompimento ou fragilidade nos vínculos familiares ou afetivos, e/ou violências, o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas se torna uma alternativa importante e necessária.

No caso brasileiro, os maus-tratos e abusos são os mais variados. Cometidos em grande maioria pelas famílias, eles vão desde os castigos em cárcere privado, abandono material, apropriação indébita de bens, pertences e objetos, tomada de suas residências, coações, ameaças e mortes. Das instituições públicas e privadas de proteção e da sociedade em geral, os idosos se queixam de maus tratos, desrespeito e negligências. Muitos abusos contra esse segmento da população, na conjuntura atual, são agravados pela situação de desemprego, levando a que o grupo familiar se apodere dos poucos benefícios da aposentadoria do idoso, relegando-o a uma vida de pobreza, de dependência ou de internação em asilos para indigentes. (MINAYO, 2005, p. 11).

Portanto, os maus tratos e abusos contra as pessoas idosas, principalmente as mais vulneráveis, são muitos, e vem ocorrendo na família, assim como nas instituições públicas e privadas de proteção social e na sociedade em geral. Estas situações são agravadas na atualidade, em consequências das condições precárias de vida e de trabalho, no momento conjuntural brasileiro em que predomina uma crise sanitária e o avanço da ofensiva conservadora.

Para a classe trabalhadora que vive do trabalho, Antunes (2021), mostra que a crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, aumentou significativamente o desemprego, formais e informais, ampliando o empobrecimento. Ainda segundo Antunes (2021, p. 115) esta “tragédia social não é causada pelo coronavírus, ainda que amplificada exponencialmente pela pandemia. Isso porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica”. Antes da pandemia o cenário social do Brasil, já contabilizava, afirma Antunes (2021, p. 12)

[...] uma massa imensa de trabalhadores informais, precarizados, flexíveis, intermitentes, e que, no caso dos urbanizados, não tinham alternativas senão trabalhar 8, 10, 12 e até 14 horas por dia. Se não o fizessem, não perceberiam salários, pois compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos sociais.

Portanto, no Brasil na atualidade vivenciamos um sistema político econômico hegemônico, argumenta Antunes (2020, p. 2) “chegam a 14 milhões, mais seis milhões de desalentados, sem contar os que não estão incluídos nas amostragens oficiais”. Entretanto, as respostas do grande capital, um modelo antissocial, fundado na acumulação capitalista e na riqueza privatizada, afirma Antunes (2021, p. 117) “respaldada na ilimitada exploração e

espoliação do trabalho, na corrosão completa dos direitos sociais, na destruição da natureza, no racismo, no sexismo, na homofobia, na xenofobia, tudo isso sob o embalo da mais horripilante forma de poder da modernidade, que é a aberração fascista”.

Esta realidade, vai afetar também a proteção social, com o avanço do neoliberalismo e da financeirização, afeta principalmente a seguridade social no Brasil, “os interesses dentro do Estado capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro. Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberação financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social” (BEHRING, 2010, p.53). Estudos de Granenam (2006) e Behring (2010, p. 53) mostram que a “previdência privada é uma forma privilegiada de realização do capital portador de juros no capitalismo contemporâneo, não sendo uma expressão da luta do trabalho contra o capital por melhores condições de vida e de trabalho e por proteção na velhice”. Assim, a proposta neoliberal, passa a proteção social “para o mercado, transformando benefícios da seguridade social em ‘novos produtos’ da especulação financeira”. (BEHRING, 2010, p. 60).

Assiste-se assim, o fortalecimento do sistema privado, em especial da saúde e da previdência, afirma Soares et al (2017, p. 184), “com incentivos por parte do governo para que a parcela da população que tem condições financeiras possa assumir gastos, já aquela parcela da população que não possui essas mesmas condições, limita-se ao uso do sistema público”.

Em 2016, com a aprovação da PEC 55, cuja restrições aos gastos sociais ocorrerá por um período de vinte anos, trouxe regressão dos direitos conquistados quanto aos serviços oferecidos a toda a população, afirma Soares et al (2017, p. 184) “em particular, às políticas sociais da saúde e da assistência social, com impactos significativos quanto à qualidade de vida do segmento idoso, principalmente nos de situação de vulnerabilidade social”.

Assim, no próximo item discutiremos a Política de Assistência Social na cidade de Franca-SP, para melhor compreender o reordenamento desta.

3.4. A Política de Assistência Social para a pessoa idosa em Franca-SP

Artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL, 1993)

O atendimento da pessoa idosa na rede socioassistencial do Município de Franca-SP, está baseado nas direções da Política Nacional da Assistência Social, Resolução n. 145 de 15 de outubro de 2004, que tem por finalidade “incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado”. (BRASIL, 2004, p. 1)

No âmbito da assistência social, como já demonstramos anteriormente, a população idosa no município de Franca-SP, tem crescido nestes últimos anos, por outro lado, tem crescido também as entidades privadas sem fins lucrativos, para atender este segmento etário, “que se agregam a política de assistência social, objetivando atender a diversos públicos, em especial a população idosa”. (SOUZA, 2016, p. 143).

Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais conforme expressas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estão contidas nas ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. Sendo a política de assistência social dividida em proteção social básica e especial, e a proteção social especial, subdividida em média e alta complexidade. De forma resumida, na proteção social básica ocorre a prevenção do rompimento dos vínculos e das violações de direitos, já na proteção social especial, o vínculo familiar/afetivo já sofreu algum tipo de fragilidade ou rompimento e existe violência ou violação de direitos instalados.

Por família podemos compreender “um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços consanguíneos” (MIOTO, 1997, p. 120), considerando que as famílias e os seus vínculos não são homogêneos.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (PNAS, 2004, p. 40).

A Política Nacional de Assistência Social traz consigo a importância da matricialidade sociofamiliar dentro desta política, considerando a necessidade da proteção do núcleo familiar.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como

um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p. 41).

Ainda que tendo como sua principal função, a proteção de seus membros, é dentro da família onde ocorre grande parte das violências. De acordo com Minayo (2005, p. 13) a violência “é uma noção referente aos processos e às relações sociais interpessoais, de grupos, de classes, de gênero, ou objetivadas em instituições, quando empregam diferentes formas, métodos e meios de aniquilamento de outrem, ou de sua coação direta ou indireta, causando - lhes danos físicos, mentais e morais”.

As violências, os vínculos familiares e a função protetora da família serão demanda de trabalho para a Política de Assistência Social.

De acordo com o constante no site da Prefeitura municipal de Franca/SP, na área de transparência, no setor de licitações, conforme os últimos chamamentos públicos realizados os serviços ofertados para a pessoas idosa no âmbito da Política de Assistência Social executados com Organizações da Sociedade Civil podem ser localizados no nível de complexidade de *Proteção Social Básica*: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas. *Proteção Social Especial (média e Alta complexidade)* Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Centro Dia, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas no Domicílio, Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas Com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Unidade Referenciada, Serviço de Acolhimento institucional para pessoas idosas na modalidade Abrigo Institucional e Casa Lar.

Além dos citados serviços, a Secretária de Ação Social- SEDAS em parceria com o Fundo Social de Solidariedade realizou um chamamento público para o Centro de Convivência da pessoa Idosa no ano de 2022, no entanto, este serviço não é tipificado como de assistência social, portanto, o repasse de seu recurso não ocorre através do Fundo Municipal de Assistência Social, mas sim pelo Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Os Centros de Convivências são instituições que prestam serviços para a pessoa idosa com o objetivo de contribuir no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia, da sociabilidade e no fortalecimento de vínculos familiares e sociais. Segundo Gonçalves, et al (2013) os focos dos CCIs, resultam justamente em prevenir situações de risco social e isolamento, para que a convivência familiar e os laços afetivos não se rompam ou

fragilizem. Esse fato reflete justamente na redução de quadros de institucionalização, abandono, maus tratos e negligência.

Além da rede formada por instituições parceiras para a execução dos serviços, a cidade de Franca/SP possui cinco CRAS- Centro de referência de Assistência Social (executores do PAIF- Serviço de proteção e atendimento integral à família), dois CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social (executores do PAEFI- Serviço de proteção e atendimento Especializado a famílias e indivíduos) e um Centro Pop (especializado no atendimento à população em situação de rua).

A pesquisadora contou com auxílio da Equipe de Vigilância e Monitoramento do Município e também da Diretora de Proteção Social Especial para localizar os documentos de Chamamento Público dos serviços de atendimento à população idosa em Franca/SP na política de Assistência Social. De acordo com os dados constantes no site da Prefeitura do município, setor de transparência, os atendimentos estão ocorrendo da maneira como segue.

QUADRO 01: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA PESSOAS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS- CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

ENTIDADE EXECUTORA	ABRANGÊNCIA POR REGIÃO	VAGAS
FEJI	CENTRAL	02 COLETIVOS DE 25 VAGAS CADA
FEJI	LESTE	02 COLETIVOS DE 25 VAGAS CADA
CENTRO ESPÍRITA SEBASTIANA BARBOSA FERREIRA	OESTE	02 COLETIVOS DE 25 VAGAS CADA
TEMPLO ESPÍRITA VICENTE D EPAULO	SUL	02 COLETIVOS DE 25 VAGAS CADA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE LIONS CLUBE FRANCA SOBRAL	NORTE	03 COLETIVOS DE 25 VAGAS CADA

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 02: CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA – PARCERIA SEDAS E FUSSOL- CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA	ABRANGÊNCIA POR REGIÃO	VAGAS DE ATENDIMENTO
FEJI	CENTRO	200
VOLUNTÁRIOS SOCIAIS DE FRANCA- VOSF	CENTRO	150
CENTRO ESPÍRITA SEBASTIANA BARBOSA FERREIRA	OESTE	150
TEMPLO ESPÍRITA VICENTE D EPAULO	SUL	150
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE LIONS CLUB FRANCA SOBRAL	NORTE	200
FEJI	LESTE	150

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 03: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS - CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA	ABRANGÊNCIA POR REGIÃO	VAGAS DE ATENDIMENTO
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE FRANCA	CENTRAL, LESTE E SUL	160
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE FRANCA	NORTE E OESTE	160

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 04: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS NO DOMICÍLIO- CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA	VAGAS DE ATENDIMENTO
CASA SÃO CAMILO DE LÉLIS	80

APAE	80
------	----

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 05: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS EM UNIDADE REFERENCIADA-CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA	VAGAS DE ATENDIMENTO
APAE	90
CAMINHAR	90

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 06 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS EM CENTRO DIA- CENTRO DIA PARA PESSOAS COM DEPENDÊNCIA- IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA - CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA	REGIÃO	VAGAS
APAE	MUNICIPAL	30
CASA SÃO CAMILO DE LÉLIS	LESTE	30
FEJI	NORTE	30
LASEP	OESTE	30
LASEP	CENTRO	30
SOCIEDADE FRANCA E INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS	LESTE	30
INSTITUIÇÃO EXECUTORA DO CENTRO DIA INTERGERACIONAL	REGIÃO	VAGAS
APAE	MUNICIPAL	80 USUÁRIOS POR UNIDADE, LIMITADOS A 30 POR PERÍODO.

APAE	MUNICIPAL	80 USUÁRIOS POR UNIDADE, LIMITADOS A 30 POR PERÍODO.
------	-----------	--

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

QUADRO 07 – SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS NAS MODALIDADES: ABRIGO INSTITUCIONAL E CASA LAR-CHAMAMENTO PÚBLICO 2022.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA DO ABRIGO INSTITUCIONAL	REGIÃO	VAGAS
FEJI	MUNICIPAL	48
FEJI	MUNICIPAL	48
LAR DE IDOSOS EURÍPEDES BARSANULFO	MUNICIPAL	48
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO VICENTINA	MUNICIPAL	48
PRÓ-RE-AVI	MUNICIPAL	48
LAR DE DONA LEONOR	MUNICIPAL	48
INSTITUIÇÃO EXECUTORA DA CASA LAR	REGIÃO	VAGAS
CASA SÃO CAMILO DE LÉLIS	MUNICIPAL	03 COLETIVOS DE 10 VAGAS CADA

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

Em abril de 2021 a lei Nº 9.022 de 20 de abril de 2021, “revoga a Lei 8.784, de 21 de março de 2019, para ampliar o Benefício Temporário de Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural, Extensa e rede social de apoio primária de crianças e adolescentes, Pessoa Com Deficiência, Pessoa Idosa” (Preâmbulo da supracitada legislação), a partir de tal revogação e alteração do Benefício Temporário de Transferência de Renda às Famílias de Origem, as pessoas idosas passaram a ser beneficiárias de tal recurso.

O benefício popularmente conhecido no município como família de origem tem como objetivo auxiliar financeiramente a família natural ou extensa, e representantes da rede social de apoio primária, para manter os cuidados às crianças e adolescentes, pessoa com deficiência e pessoa idosa, de modo a prevenir o acolhimento institucional. O valor repassado para a família

é de aproximadamente R\$1.200,00. A destinação deste benefício é de decisão da família, no entanto, normalmente é utilizado para o pagamento de cuidadores que auxiliem na higiene pessoal de pessoas idosas dependentes (banho e troca de fraldas), ou ainda, contribuem para a contratação de pessoas que auxiliem na limpeza e organização da casa, buscando diminuir a sobrecarga familiar, entre outras questões que se tornem cabíveis, sempre com o intuito de garantir a convivência familiar e evitar a institucionalização e o rompimento de vínculos.

Na perspectiva da participação social, vale salientar que o município de Franca conta com o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e também com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa- COMUPI, ambos trabalham na perspectiva de fiscalizar e aprovar as políticas públicas, a de assistência social e as voltadas para pessoas idosas, respectivamente. Atualmente, ambos os conselhos contam com a representatividade de usuários em sua composição.

Após o período de reordenamento a Política Municipal de Assistência Social de Franca/SP passou a ser descentralizada, contando com divisões por região, Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, além dos equipamentos serem referenciados ao CRAS, quando da Proteção Social Básica e CREAS, quando da Proteção Social Especial. Esta mudança possibilitou uma unificação no atendimento, com o desenvolvimento dos atendimentos em rede, principalmente, com a implantação de novos fluxos que possibilitaram um padrão de atendimento e a profissionalização dos mesmos, evitando que os encaminhamentos e as discussões de casos fossem realizados apenas devido a esforços individuais de profissionais, mas sim, como padrão da rede.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, um dos serviços alocados na proteção social especial de alta complexidade é o acolhimento institucional, possível nas modalidades Casa lar, república e abrigo institucional (ILPI- Instituição de Longa Permanência para idosos).

O Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas- SAIPI visa assistir a pessoas idosas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, e/ou sem condições de prover a própria subsistência, em estado de vulnerabilidade ou risco social, de modo a satisfazer suas necessidades.

A institucionalização de uma pessoa é considerada medida excepcional, diante disso, é importante que antes da institucionalização ocorrer, seja realizado um estudo social e esgotadas todas as possibilidades de atendimento por outros serviços. O fato de existir rompimento ou fragilidade nos vínculos familiares, ou ainda existir algum tipo de violência ou violação de direitos, não torna a pessoa um público para o serviço de acolhimento institucional,

sendo necessário, avaliar o grau, a intensidade ou ainda a possibilidade de “resolutividade” da demanda trazida pelo núcleo familiar, em outros serviços.

Segundo dados do IBGE, em 2000 17,8% da população idosa residia sozinha, um público, que em situações de dependência física e ausência de retaguarda familiar, se torna público para o atendimento do SAIPI. Isto demonstra o quão importante é a abertura e ampliação de políticas públicas específicas para esta população.

Outro dado importante apresentado pelo IBGE é que 31,8% das mulheres idosas em 2000 residiam sozinhas, demonstrando que o envelhecimento precisa ser considerado em sua totalidade, levando em consideração a condição social, gênero, raça e etnia.

O envelhecimento é também uma questão de gênero. Cinquenta e cinco por cento da população idosa são formados por mulheres. A proporção do contingente feminino é tanto mais expressiva quanto mais idoso for o segmento. Essa predominância feminina se dá em zonas urbanas. Nas rurais, predominam os homens, o que pode resultar em isolamento e abandono dessas pessoas (Camarano et al, 2004; Camarano et al, 1999; Saad, 1999). (BRASIL, 2006).

Este dado reforça mais uma vez a heterogeneidade do envelhecimento, uma vez que o contexto socioeconômico e cultural interfere diretamente no modo de envelhecer de cada um, de mesma maneira que a questão de gênero traz consigo mediações consideráveis para a vida humana.

Desde o final do ano de 2014 o município de Franca/SP conta com uma central de regulação de vagas para o SAIPI, esta foi formada a pedido do Ministério Público para que se quantificasse a demanda reprimida do município para este serviço e se traçasse estratégias para sua resolutividade. A central foi formada por representantes de todas as Instituições de Longa Permanência para Idosos que recebiam recursos públicos, representante do órgão Gestor Municipal de Assistência Social (Secretaria de Ação Social-SEDAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, até então o município possuía apenas, instalando posteriormente, uma nova unidade, passando a contar com dois CREAS.

A Central de Vagas se tornou uma forte ferramenta para a execução do processo de reordenamento, uma vez que, através dela, foi possível alinhar o perfil de atendimentos, as possibilidades de encaminhamentos, além de ser um espaço para a troca de experiência entre profissionais e aproximação dos órgãos, enquanto rede socioassistencial, sendo um espaço que em muitos momentos, possibilitou a criação de fluxos e estratégias para o fortalecimento da rede para além dos contatos pessoais de profissionais isolados.

No início de 2023 a Central de Vagas para acolhimento de idosos do Município de Franca/SP contava com uma lista de espera de aproximadamente oitenta pessoas idosas especificamente para o SAIPI.

Em 2014 o município contava com cinco instituições que desenvolviam o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas, Lar de Ofélia, Departamento de Promoção Vicentina, Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, Lar de Dona Leonor e Casa São Camilo de Lélis, sendo que este último, executava os acolhimentos de pessoas convalescentes de segunda a sexta-feira e não apenas pessoas idosas, sendo, portanto, um serviço não tipificado.

Além do processo de reordenamento vivenciado pelo município iniciado em 2014, no mesmo ano é promulgada a Lei 13.019, que determina:

Art. 1º - normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (BRASIL, 2014)

Esta lei passa a ser chamada de Marco regulatório do Terceiro Setor, sendo instituída de forma gradativa, em 2015 para a União, em 2016 para os Estados e em 2017 inicia a vigência aos municípios.

A organização necessária para o cumprimento da Lei 13.019/2014 colaborou para que o município alcançasse seus objetivos com o processo de reordenamento da rede.

Em 2015, por decisão do município de Franca/SP foi realizado o primeiro chamamento público para o SAIPI nos moldes do que estava previsto na Lei 13.019/2014. Um dos pontos de grande discussão na cidade foi a não inserção do Serviço executado pela instituição Casa São Camilo de Lélis, que apesar de não ser um serviço tipificado, era de grande valia para a população municipal. Após as discussões, o serviço foi realmente encerrado. Em janeiro de 2016 a instituição Casa São Camilo de Lélis se torna um Centro Dia (os acolhidos nesta instituição foram transferidos para outras ILPIs).

De 2015 a 2021, período relativo à pesquisa, as instituições que executavam o SAIPI eram o Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, que até 2015 atendia a 20 pessoas idosas e a partir de janeiro de 2016, passou a atender quarenta pessoas idosas, o Lar São Vicente de Paulo, com 40 pessoas acolhidas, Lar de Dona Leonor com 50 acolhidos e Lar de Ofélia com 98 acolhidos, divididos em dois coletivos.

A discussão dos tamanhos dos coletivos também aparecera durante o processo de reordenamento, uma vez que historicamente as ILPI's possuíam espaços amplos e com grande público em atendimento. O órgão Gestor traz novas possibilidades, tendo como novos modelos

inseridos no chamamento público espaços menores, com no máximo cinquenta acolhidos, inicialmente. Com o chamamento público ocorrido no ano de 2022, a cidade inclui a modalidade Casa Lar, com atendimentos de no máximo 10 pessoas idosas por residência, buscando ambientes com maior individualidade.

Durante o período de reordenamento o órgão gestor busca a ampliação de serviços, com a tentativa frustrada de um chamamento público para o SAIPI na modalidade República, não recebendo propostas de execução, uma vez que os valores oferecidos para a execução do serviço eram inferiores à realidade de gastos necessários para a concretização do atendimento à dez pessoas idosas em uma casa.

No ano de 2015, Franca inaugura o Centro Dia e em 2019, insere o atendimento à Pessoas Idosas no Serviço Chamado Família de Origem. Em 2017 o CCI deixa de compor a política de assistência social e passa a fazer parte da política pública de cultura a pedido e exigência dos usuários, já que este serviço deixaria de ocorrer, abrindo espaço para o SCFV na política de assistência social, com uma nova proposta de trabalho, com vertente voltada especificamente para as seguranças afiançadas pela assistência social.

3.5. Percurso Metodológico

Sendo o objeto da pesquisa analisar a demanda do serviço de acolhimento institucional para as pessoas idosas frente ao movimento de reordenamento da política de assistência social e sua interação com a pandemia da covid-19, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesta, utilizou-se autores significativos e críticos que estudam a temática, tais como: Simone de Beauvoir, Nanci Soares, Simone de Beauvoir; Eneida Haddad, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Solange Maria Teixeira, Marx, José Paulo Netto, Elaine Rosseti Behring, Ivanete Boschetti, Minayo, Marilda V. Iamamoto, Regina Célia Tamasso Mioto, entre outros.

A pesquisa documental para Severino (2007, p. 122), “têm-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo, outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”. Na presente pesquisa foram utilizadas fontes primárias: leis, regulamentos, decretos, documentos oficiais do governo, censo. Fontes secundárias: artigos, livros, pesquisas e estudos sobre o tema, além

dos formulários e anotações produzidos durante os estudos sociais para a solicitação de vagas para o SAIPI no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, de janeiro de 2014 a agosto de 2021.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental não foi preciso submetê-la ao Comitê de Ética da UNESP, uma vez que envolveu apenas dados de domínio público que não identifiquem os participantes da pesquisa, de acordo com a Resolução 196/96.

Se trata de uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, que conforme considera Minayo (1994), estas não se opõem, mas se complementam. Compreendendo que a abordagem quantitativa considera os dados quantificáveis, já a “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994).

Foi utilizada a técnica de “Análise de conteúdo”, para a organização, classificação e categorização dos dados, sendo que a análise será realizada pelo método eleito, materialismo histórico dialético.

As etapas no processo de uso da análise de conteúdo, segundo Triviños (2009, p. 159) mostra três etapas básicas no trabalho com este método: a primeira fase é denominada de “pré-análise”, refere-se ao material que será estudo, ou seja, os dados retirados das fichas de entrevistas que compõem o estudo social realizado no processo de solicitação de vagas para o SAIPI e a observação livre, dentro de enfoque amplo de natureza dialético.

A segunda fase do método, “descrição analítica”, o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos, sendo os procedimentos a codificação, a classificação e a categorização. Nesta fase do processo, os dados colhidos nas fichas serão classificados, codificados e categorizados de modo a serem tabulados em uma planilha que permitirá posterior análise global dos dados. Para Minayo (1994) a classificação dos dados envolverá diversas leituras das entrevistas, para procurar a coerência interna de cada narrativa e identificar as ideias centrais, os momentos chave e as posturas sobre o tema em foco. Já as categorias Minayo (1994) mostra que são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos.

A fase da interpretação referencial, consiste em fazer a articulação entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa. Mas, alerta Triviños (2009, p. 162) que este processo já iniciou na pré-análise, mas neste momento adquire mais intensidade, ou seja, reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelecendo relações. Nesta fase, a atenção do pesquisador não deve deter a atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos

documentos. “Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem” (TRIVIÑOS, 2009, p. 162). Nesta perspectiva, afirma o autor, sem excluir a informação estatística, abre perspectivas “para descobrir ideologias, tendências, etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico”.

As categorias eleitas foram: “Capacitação continuada e articulação de rede” e, “Possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede”. Entendemos também ser necessário discutir algumas categorias próprias do método como “Trabalho”, para maior êxito na pesquisa.

Categorias, portanto, podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido. (PRATES, 2016, p. 117).

Os resultados serão socializados inicialmente através da disponibilização da dissertação para a instituição que concedeu os dados e posteriormente para a central de vagas do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, além de publicação de artigo em eventos científicos e com toda a comunidade universitária.

Na pesquisa bibliográfica, no capítulo primeiro do nosso referencial teórico, refletimos sobre a categoria trabalho, uma categoria teórica do próprio método, enfatizando que a questão social se constitui, o eixo centralizador da problemática social do envelhecer da classe trabalhadora, profundamente marcado pelas desigualdades sociais – de classes, gênero, raça, regionais, dentre outras, apresentando o contexto histórico de surgimento do modo de produção capitalista e a questão social, alcançando assim o primeiro objetivo específico “*Compreender a gênese do capitalismo e da questão social*”.

No segundo capítulo do referencial teórico, analisamos a luta de classes nas relações sociais sob o modo de produção capitalista, fazendo aproximações sucessivas à concreticidade, partindo do real para a dimensão reflexiva. Também refletimos sobre os processos das lutas sociais em prol das conquistas de direitos da população idosa, que perpassa as ações da assistência social, apresentando enquanto conquista da classe trabalhadora as políticas públicas, fazendo uma breve contextualização da política pública de assistência social e seu atendimento às pessoas idosas, alcançando o segundo objetivo específico “*Contextualizar as políticas públicas para pessoas idosas e a política pública de assistência social*”.

O método eleito materialismo histórico-dialético, possui abordagem ontológica, permitindo o exercício permanente de reflexão para captar o complexo movimento do real, a apreensão das contradições e tensões, necessário para desvendar o significado do envelhecer na sociedade do capital.

Para o método o mundo é um complexo inacabado constituído por processos que estão sempre em movimento, a realidade não está pronta e acabada de maneira estática. “As ‘determinações mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade”. (PAULO NETTO, 2011, p. 45).

Assim, o método materialismo histórico dialético conduzirá esta investigação na busca pela apreensão da totalidade concreta do objeto, que segundo Kosik (1986, p. 51) a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento real significa um processo indivisível, cujos momentos são:

[...] a destruição da pseudovalorização, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico, a dialética do individual e do homem em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, de sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1986, p. 51)

O método materialismo histórico dialético conduzirá este estudo na busca pela apreensão do objeto de estudo, ou seja, “demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19”, numa perspectiva de totalidade, mas sem a intenção de esgotar o assunto. O método vai conduzir a pesquisadora a ir além das aparências, buscando aproximar das essências que circunscrevem o objeto desta investigação.

A pesquisa documental será apresentada no terceiro capítulo “Reordenamento da política de Assistência Social em Franca: avanços e desafios”, espaço que também foi utilizado para apresentação do processo de reordenamento da política de assistência social e a metodologia da pesquisa.

Para desvendar o terceiro objetivo específico “*Analisar o processo de reordenamento da política de assistência social do município de Franca/SP e seu impacto na demanda reprimida do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas do período de 2014 a agosto de 2021*” foram analisadas as anotações em ficha decorrentes das entrevistas realizadas no período de 2014 a agosto de 2021, que fizeram parte do estudo social realizado durante o

processo de solicitação de vaga para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, à luz da pesquisa bibliográfica.

Através da pesquisa documental foi traçado o perfil das pessoas que solicitaram a vaga para o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas Idosas na modalidade abrigo, ou Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas-ILPI. Este perfil foi traçado de modo a se perceber se as pessoas possuíam demanda para o atendimento no Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas na modalidade ILPI ou para outro serviço.

3.5.1 Perfil que compõem o estudo social para solicitação de vaga da instituição universo da pesquisa

Para o perfil, foram analisadas as fichas de entrevistas que compõem o estudo social para solicitação de vaga da instituição universo da pesquisa, o Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, entendendo como expressões da questão social que demandam o atendimento no SAIPI o rompimento ou fragilidade nos vínculos familiares e afetivos, situação de negligência, violência, abandono ou violação de direitos, em níveis que não seriam passíveis de atendimento em outros serviços, necessitando do acolhimento enquanto medida excepcional, após esgotadas todas as possibilidades, em caráter de provisoriedade.

Vale lembrar que a provisoriedade do atendimento neste serviço é previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de modo que o acolhimento ocorra por um período, enquanto a família se organiza para receber a pessoa idosa de volta para o seio familiar, no entanto, os chamados processos de reintegração familiar em SAIPI exige uma articulação com outras políticas públicas, como saúde, habitação, entre outras, além da reorganização familiar que nem sempre é possível devido ao trabalho ou condições de saúde dos familiares da pessoa idosa, dificultando que este momento se concretize de forma corriqueira. A título de informação, durante o ano de 2022 o Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo acolheu a 59 pessoas idosas, ocorrendo apenas 02 casos de reintegração familiar, demonstrando que apesar de ocorrer, não é comum.

O perfil consiste em: idade, vínculo familiar, motivos da solicitação de vaga no SAIPI e resultado de um novo estudo social, mediante informações anotadas da entrevista, que permitiu compreender **o perfil para qual serviço esta pessoa poderia ter sua demanda atendida e se o encaminhamento ocorreu conforme análise do estudo social**. Quando possível foi analisado o motivo pela qual esta pessoa não foi encaminhada para o atendimento ideal.

O período analisado foi de janeiro de 2014 a agosto de 2021, entendendo que no ano de 2014 foi o ano que o processo de reordenamento da rede socioassistencial do município de Franca/SP iniciou. Em 2017 o reordenamento iniciou no SAIPI e em 2020 inicia-se o período pandêmico.

O objeto da pesquisa é a Demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para as pessoas idosas frente ao movimento de reordenamento da política de assistência social e sua interação com a pandemia da COVID-19.

3.5.2. O perfil de cada pessoa entrevistada e suas especificidades enquanto amostragem de um grande universo.

As tabelas apresentadas como apêndice demonstram o perfil traçado, sendo considerado que cada coluna representa uma pessoa atendida. Inicialmente a pretensão da pesquisadora era apresentar apenas uma tabela resumida, com os compilados e somatória dos resultados, porém, ao iniciar a análise dos dados se percebeu que seria importante considerar cada pessoa e suas especificidades e não apenas o montante, compreendendo que as situações analisadas são uma amostragem de um grande universo.

A análise de dados das entrevistas de apenas uma instituição foi considerada entendendo que havia uma central de vagas única para o município e que as solicitações eram disponibilizadas a todas as outras instituições, deste modo, ao se analisar a demanda registrada em uma entidade estaria se analisando grande parte da demanda do município, sendo escolhido o local de trabalho da pesquisadora, o Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, devido ao acesso aos materiais para análise e mediante autorização da entidade.

Após o início do compilado de dados, a pesquisadora notou que haveria possibilidade de diversas outras discussões a partir destes dados, entre eles, a feminilização da velhice, o perfil dos cuidadores, a função protetora da família, entre outras, no entanto, se ateu ao recorte da pesquisa, optando por concentrar nos dados de maior relevância para o objetivo da pesquisa.

Por se tratar da análise de situações reais e vivenciadas por sujeitos de direitos, há de se considerar que o estudo social realizado para traçar o perfil de cada pessoa necessitou contemplar as mediações perpassadas por cada situação, por este motivo, a análise qualitativa foi de extrema importância para a pesquisa.

Como apêndice foram apresentadas as tabelas com a categorização e classificação dos dados dos 272 sujeitos que solicitaram vagas para o SAIPI no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo de janeiro de 2014 a agosto de 2021.

Neste sentido, traçamos o perfil dos solicitantes de vagas no período para SAIPI no período de **2014 a 2021** (um período de 7 anos) do Lar de idosos Eurípedes Barsanulfo, contendo: 1) idade, 2) vínculo familiar, 3) motivo da solicitação, 4) motivo da solicitação, 5) perfil para qual serviço, 6) encaminhamento para o serviço conforme análise, 7) houve motivos para o não encaminhamento.

A fim de facilitar a visualização, os resultados alcançados foram somados e apresentados em uma única imagem, possibilitando a comparação de forma geral, do perfil dos sujeitos que solicitaram vaga no SAIPI, por ano, conforme segue apresentado abaixo.

IMAGEM 02: COMPILADO DOS RESULTADOS APRESENTADOS NA TABELA 01

Ano		Total em 2014	Total de 2015	Total de 2016	Total de 2017	Total de 2018	Total de 2019	Total de 2020	Total de janeiro a agosto de 2021	Total geral
Idade	Mais de 60 anos de idade	19	55	54	33	31	28	28	16	264
	Menos de 60 anos de idade	1	6	1	0	0	0	0	0	8
Vínculo familiar	Vínculo rompido	2	13	7	5	6	2	5	1	41
	Vínculo fragilizado	13	26	24	19	16	8	11	2	119
	Vínculo fortalecido	5	18	22	8	9	18	11	13	104
	Sem família	0	4	2	2	0	0	0	0	8
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	12	40	38	25	23	10	12	5	165
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	7	12	12	8	8	17	15	11	90
	Ausência de recursos financeiros	1	3	1	0	0	0	0	0	5
	Dificuldade de convivência	0	2	2	1	0	0	0	0	5
	Denúncia (Negligência ou violência física)	0	2	1	0	0	0	1	0	4
	Solidão	0	1	1	0	0	1	0	0	3
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar	1	1	2	3	0	1	0	0	8
	Centro Dia do Idoso	3	12	16	8	10	11	4	2	66
	Benefício Família de Origem	1	0	0	0	1	2	3	4	11
	República	2	5	2	2	0	2	1	2	16
	SCFV	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Serviços de saúde	2	9	9	2	2	4	2	0	30
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop	0	1	1	2	0	0	1	0	5
	SAIPI	11	33	23	17	18	8	17	8	135
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	4	28	31	16	15	12	12	4	122
	Não	16	33	24	18	16	16	16	11	150

Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar	2	1	1	0	1	1	2	3	11
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	4	4	0	2	6	1	6	4	27
	Sem prioridade	1	4	2	1	1	1	1	0	11
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	0	4	8	9	4	6	3	3	37
	Acolhido em SAIPI	2	4	2	2	1	0	1	0	12
	Serviço inexistente no período	2	5	2	2	1	3	1	2	18
	Outro Município	3	5	0	1	0	0	1	0	10

FONTE: Elaborado pela autora baseado em anotações de fichas de entrevistas que compõem o estudo social para solicitação de vaga no SAIPI, recebidas no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, do período de janeiro de 2014 a agosto de 2021.

A seguir vamos analisar os dados da “imagem 02: compilado dos resultados apresentados na tabela 01”, elencando nossas categorias, que segundo Minayo (2011, p. 18), as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico. Assim, as categorias de análise desta investigação são: Categoria de análises: 1) *trabalho em rede e a necessidade da capacitação continuada e 2) possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede.*

3.5.3. Categoria I - Capacitação continuada e articulação de rede

Conforme apresentado na imagem e na tabela acima, no período de 2014 a 2016 ocorreram registros de solicitações de vagas para pessoas com menos de 60 anos. A partir de 2017 não ocorreram novas solicitações de vagas para pessoas com menos de 60 anos de idade, demonstrando a articulação da rede socioassistencial e a mudança de concepção do serviço, de modo que, passou a ser considerado que apenas pessoas idosas seriam acolhidas no serviço específico para pessoas idosas, ocorrendo também, no decorrer do período avaliado a abertura de serviços específicos para pessoas com deficiência- PCD.

Como já mencionamos no referencial teórico desta investigação, as ILPIs devem oferecer vagas para pessoas idosas de 60 anos ou mais, entretanto, sabemos que há procura de pessoas em situação de risco, mesmo não sendo idosas. Uma pesquisa realizada pelo Ipea, a respeito das ILPIs brasileiras, no que se refere as vagas, mostra que não constituem residência apenas para as pessoas idosas, afirma Camarano e Barbosa, (2016,p. 507), “ainda que legalmente deveriam ser. Na Pesquisa Ipea, foram encontradas 100.251 pessoas em instituições, sendo 12% não idosos”.

O que foi apresentado acima é um dos pontos que demonstram a **importância da capacitação continuada e da articulação em rede**, levando em conta que a partir de 2017 iniciou-se a formação com o instituto Paulo Freire, havendo também a pactuação com a rede do não acolhimento de pessoas com menos de 60 anos no SAIPI, demonstrando o

fortalecimento do trabalho em rede. O fato de não haver registros de solicitações de vagas pós 2017 não significa que não houve procura, apenas que não foram efetivadas, sendo estas pessoas encaminhadas para serviços que melhor lhes atenderiam, serviços tipificados para este público.

**QUADRO 8- MOTIVO DAS SOLICITAÇÕES DE VAGAS DE 2014 A
AGOSTO DE 2021**

Adoecimento da pessoa idosa	60,66%
Necessidade de cuidados a pessoa idosa com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	33,09%
Ausência de recursos financeiros	1,84%
Dificuldade de convivência	1,84%
Denúncia (Negligência ou violência física)	1,47%
Solidão	1,10%
TOTAL	100%

Fonte: quadro elaborado pela autora

Das 272 situações avaliadas, 60,66% foram motivadas pelo adoecimento da pessoa idosa e 33,09% pela necessidade de cuidados à pessoa idosa e sobrecarga ou adoecimento do principal cuidador. Este fato reforça o que Haddad (1986) chama de “velhice trágica”, considerando que a velhice se torna um resultado da vida atribuída ao trabalhador, de modo que, a ausência do acesso à saúde, de recursos financeiros ou ainda as condições de trabalho não possibilitam um trabalho preventivo à algumas doenças, propiciando nesta etapa da vida, uma situação de adoecimento somada à outras condições da vida objetiva da família e do sujeito, que não o permite o mero tratamento nas unidades básicas de saúde, tornando-o dependente de cuidados intensivos.

Neste sentido, observamos a **heterogeneidade da velhice**, na medida em que “a problemática social do envelhecer não atinge a todo o grupo etário. “É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento, tornando uma das expressões da questão social”. (SOUZA, 2020). O envelhecimento do trabalhador não se constitui um problema social “[...] pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento, demográfico da população idosa, pelas restrições de papéis sociais, familiares, trabalhistas.”. (TEXEIRA, 2009, p. 64). Mas, sim, por perder o “valor de uso” do capital, levando-os a velhice trágica, provendo efeitos de “[...] isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos

produtores de desigualdades sociais.”. (TEXEIRA, 2009, p. 64), contrários à defesa dos direitos humanos.

Assim, 9,93% da quantidade total dos casos faleceram antes de acessarem o serviço, demonstrando ainda a necessidade de ampliação de recursos e de atendimentos, principalmente intersetorial, haja vista que a principal motivação foi o adoecimento dos sujeitos, em alguns casos das pessoas idosas e em outros, de seus familiares.

De todos os 272 casos que solicitaram vagas no SAIPI e dos 30 que necessitariam de atendimentos específicos de saúde, apenas 01 foi encaminhado para o serviço de saúde, neste caso específico, foi encaminhado para o Hospital Dia executado pela Fundação Alan Kardec, hospital especializado no acompanhamento e tratamento de doenças mentais, no entanto, foi algo pontual, não representando um fluxo da rede, mas sim, esforço individual dos profissionais envolvidos, reforçando mais uma vez a ausência de discussões intersetoriais.

3.5.4. Categoria II - Possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede.

A Política Nacional de Assistência Social prevê a importância do **trabalho intersetorial**, a grande quantidade de pessoas que são motivadas a procurar uma vaga em SAIPI devido a situações de saúde é um forte ponto a ser discutido, principalmente pois demonstra a realidade francana da ausência de articulação intersetorial durante o período analisado durante a pesquisa, havendo esforços individuais de profissionais e ações pontuais das secretarias, mas não um fluxo fixo entre as redes, principalmente a de saúde e de assistência social.

Faz-se relevante nesse processo, a constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução. Para tanto, propõe-se a regulamentação dos artigos 2º e 3º, da LOAS, para que se identifiquem as ações de responsabilidade direta da assistência social e as em que atua em co-responsabilidade. (PNAS, 2004, p.14).

É previsão contida na Política Nacional de Assistência Social e na Lei Orgânica de Assistência Social sua articulação com as demais políticas públicas, principalmente com a previdência social e saúde, sendo esse, ainda um desafio para o município de Franca/SP.

Além disso, a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. A efetivação da

política de Assistência Social, caracterizada pela complexidade e contradição que cerca as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, colocam desafios tanto em relação a sua proposição e formulação quanto a sua execução. (PNAS, 2004, p. 42).

Ao longo do período analisado a instituição recebeu algumas solicitações de vaga para SAIPI que poderiam ser atendidos na modalidade República, 5,88% dos casos. Alguns desses casos foram acolhidos na modalidade abrigo institucional (ILPI) considerando que o município não possuía o serviço de República. Estes sujeitos, em sua maioria, quando não acolhidos em SAIPI, passavam a residir em pensões na tentativa de diminuir os gastos diários e para ter “companhias” diariamente. As situações com perfil de atendimento em República que se encontravam em alto risco de desproteção foram acolhidos no SAIPI.

Do total de situações analisadas, 44,85% das pessoas foram encaminhadas ou atendidas pelo serviço a qual possuíam demanda para o atendimento, no entanto, 55,15% não acessaram o serviço que de fato precisariam acessar. Com exceção do ano de 2016, este padrão seguiu em todos os anos, demonstrando que mesmo após o reordenamento, há fragilidades e desafios para a política pública de assistência social do município.

Outro ponto importante a se considerar foram 11 situações de reorganização familiar, ou seja, situações de famílias ou pessoas idosas que solicitaram vagas no SAIPI, no entanto, após o trabalho de conscientização e explicação do perfil de atendimento as famílias conseguiram buscar novas maneiras para garantir a função protetora. Também foram possíveis verificar as situações em que as famílias e/ou pessoas idosas recusaram o atendimento e a decisão foi respeitada, levando em consideração a autonomia da pessoa idosa e quando incapaz, de seus responsáveis.

Em 2019 e no período pandêmico, de 2020 a agosto de 2021, o que chama atenção é a quantidade de solicitações de vagas de pessoas idosas com vínculo familiar fortalecido, sendo a maioria, diferente do que se ocorreu nos anos anteriores. Durante o período de 2020 a 2021 é possível justificar que alguns casos que possuíam perfil ou estavam sendo atendidos em serviço como o Centro Dia passaram a procurar por vagas em SAIPI, uma vez que durante o auge da pandemia da COVID-19 este serviço vivenciou uma restrição no atendimento, com fechamento total por alguns meses. O Centro Dia, permite a manutenção do vínculo familiar e também a proteção da pessoa idosa no período em que a família está no trabalho. Já o aumento considerável de pessoas com vínculo fortalecido em lista de espera durante o ano de 2019 não foi possível se justificar, sendo considerado apenas o contexto de trabalho dos familiares e o

adoecimento das pessoas idosas, com a impossibilidade de contratação de pessoas capacitadas para os cuidados, devido à baixa condição financeira das famílias em questão.

No período pandêmico, algumas famílias também passaram a trabalhar em trabalhos informais como motoristas de aplicativos, entregadores, entre outros, não tendo horário fixo, na busca de novas rendas, o que também ocasionou a busca pelos serviços, devido a condição de saúde da pessoa idosa, que necessitava de cuidados e/ou monitoria.

Em suma, alguns pontos ganham destaques na pesquisa, **a importância do trabalho em rede, a necessidade da capacitação continuada e a possibilidade destes momentos serem utilizados como fortalecimento da rede.** Quanto aos perfis, chama atenção a quantidade de situações que buscam o serviço devido ao adoecimento da pessoa idosa e/ou de seu cuidador.

QUADRO 09 – PERFIL PARA ATENDIMENTO CONFORME ESTUDO SOCIAL

Instituição	Porcentagem
Atendimento Domiciliar	2,94%
Centro Dia do Idoso	24,26%
Benefício Família de Origem	4,04%
República	5,88%
SCFV	0,37%
Serviços de saúde	11,03%
CRAS/CREAS/CENTRO Pop	1,84%
SAIPI	49,64%

Das situações analisadas, 49,64% possuíam perfil para atendimento em SAIPI, 24,26% para Centro Dia, 11,03% para serviços de saúde, 4,04% para família de origem, 5,88% para república, 0,37% para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 1,84% para CRAS, CREAS e CENTRO Pop. Estes dados demonstram uma cultura pela busca no SAIPI e o desconhecimento da existência dos demais serviços da rede socioassistencial, sendo ainda um desafio, a sua ampla divulgação, conforme previsto na Lei Orgânica de Assistência Social.

Apesar do vínculo familiar ser um dos principais pontos a serem analisados como critério para o SAIPI, em algumas situações, devido às condições materiais, econômicas e de saúde da pessoa idosa e sua família, alguns casos com vínculo familiar fortalecido se tornam público para o acolhimento devido à ausência de possibilidades de cuidados, o que expõe a pessoa idosa a um risco ou à violação de seus direitos, este fato ocorre quando, por exemplo, a pessoa idosa necessita de cuidados específicos de saúde, tendo alto grau de dependência, não

possibilitando seu atendimento em CDI, porém, com a necessidade de seus familiares trabalharem e a ausência de recursos financeiros para o pagamento de uma equipe de cuidadores, estes se tornam público para o SAIPI, no entanto, com uma efetivação e garantia de uma política de cuidados ou ainda um serviço de atendimento domiciliar da política de saúde, permitiria que os vínculos familiares fossem preservados e também os cuidados à essa pessoa idosa. Situações como essa foram recorrentes nas análises de dados.

Frente aos dados, alguns pontos são mais expressivos na análise dos dados. Considerando que 15,07% das situações apresentaram vínculo rompido, 43,75% vínculo fragilizado, 2,94% não possuem família e 38,24% contam com vínculo familiar fortalecido, o alto número de pessoas com vínculo fortalecido para a procura do SAIPI é algo a ser discutido.

Através das análises dos casos individuais é possível perceber que o trabalho e a condição econômica, que torna necessária a venda da mão de obra por parte dos familiares da pessoa idosa, é um dos principais motivos que levam uma pessoa com vínculo fortalecido procurar pelo SAIPI.

Devido a necessidade de trabalho diante de uma situação de adoecimento da pessoa idosa ou do principal cuidador, os familiares passam a compreender como recurso necessário a busca pelo acolhimento. Outro ponto a ser analisado é a ausência de informações e divulgações acerca dos serviços, programas e benefícios ofertados pela política de assistência social, que fazem com que as pessoas busquem pelo serviço de maior conhecimento geral, os acolhimentos.

Através do estudo foi possível perceber que durante o período de reordenamento a política de assistência social foi sofrendo alterações, passando a ser exercida em rede, descentralizada, com o referenciamento das unidades estatais.

Para a execução dos serviços conforme apresentado nas normativas foi de suma importância a capacitação oferecida pela Prefeitura Municipal, em parceria com o Instituto Paulo Freire, porém, o período pandêmico evidenciou a importância da manutenção, da capacitação continuada, potencializando o trabalho em rede, permitindo que todos trabalhem seguindo o mesmo fluxo, uma vez que, durante os momentos mais críticos da pandemia da COVID-19 não ocorreram reuniões da central de vagas, encontros, entre outros contatos enquanto rede socioassistencial para discussão de casos, evidenciando, que naquele período, o distanciamento prejudicou a manutenção do processo de reordenamento.

A capacitação continuada é de extrema importância para o avanço do processo de reordenamento, de modo que se mantenha o fluxo de atendimentos, encaminhamentos e discussões de casos na perspectiva das normativas, evitando retrocessos.

Outro desafio do processo de reordenamento é o **trabalho intersetorial**, que ocorre com grande dificuldade, ou com esforços de profissionais isolados e de modo individual, e não enquanto rede ou fluxo firmado independente dos profissionais.

A possibilidade do atendimento intersetorial permitirá à pessoa idosa um atendimento em sua integralidade, prevenindo rompimentos de vínculos ocasionados devido à institucionalização, podendo trabalhar preventivamente enquanto uma rede de atenção à pessoa idosa, com pactuações pertinentes e prévias entre as políticas sociais, de modo que cada política desenvolva aquilo que lhe compete a benefício da pessoa idosa.

O reordenamento aponta avanços, no entanto também permite notar alguns desafios. A demanda do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas sofreu impacto direto do reordenamento, além de notar-se que o principal impacto causado fora na organização dos equipamentos, enquanto rede socioassistencial e não apenas como organizações isolados, sem planejamento prévio ou fluxo estabelecido de atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que o objetivo geral da pesquisa “Analisar a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas frente ao reordenamento da política de assistência social no município de Franca/SP e sua interação com a pandemia da COVID-19” foi alcançado, uma vez que, a demanda foi analisada, traçando comparativos durante o processo de reordenamento (2014 a 2017), após o processo (2017 a 2019) e como interagiu durante a pandemia da COVID-19 (2020 a agosto de 2021). E confirma a tese defendida de que há a necessidade da educação continuada e da contínua construção de uma política de assistência social em rede, com fluxos estabelecidos conjuntamente, com espaços para discussões de casos e de conceitos, que permitam que a rede se alinhe rumo ao cumprimento das normativas, adaptando-as a realidade municipal, de modo que esta ocorra de forma planejada, contínua e descentralizada.

Em 2014 iniciou o processo de reordenamento, ainda que anterior a esta data a política de assistência social do Município de Franca/SP já sofria algumas alterações para cumprimento das normativas, foi após o ano de 2014 que as mudanças ocorreram enquanto processo planejado e construído no coletivo, sendo nomeado pela gestão e rede socioassistencial como reordenamento.

Ao analisar a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas do Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, no período de 2014 a agosto de 2021, podemos compreender que o reordenamento possibilitou a esta política avanços, tais como a construção do atendimento em rede, unificação dos fluxos entre os serviços socioassistenciais, possibilitando que algumas mudanças para o atendimento no Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas.

A de se considerar que a Política de Assistência Social tem seu surgimento pautado na benevolência e na caridade, sendo que, é de extrema importância que exista o trabalho em rede e discussões de casos para que esta política pública rompa com esta visão, de modo que a população e a sociedade compreendam que a assistência é direito.

Através da pesquisa a pesquisadora pôde perceber tamanha importância do trabalho em rede, uma vez que, anterior ao reordenamento, as decisões sobre os acolhimentos, os fluxos de atendimentos, critérios e conceitos, eram decididos exclusivamente pelas instituições, de modo individual, não havendo discussões.

Também nos chama atenção as fortes características da política neoliberal, com enfraquecimento do Estado e da Proteção Social, com políticas públicas focalizadas, em um contexto em que a pessoa idosa não se torna prioridade nas agendas públicas.

A ausência do trabalho intersetorial, infelizmente, remonta ao que foi discutido nesta investigação, quando Haddad (1986) chama de “Velhice Trágica”, uma vez que, a velhice da classe trabalhadora, com difícil ou nenhum acesso às políticas públicas de saúde, educação, moradia, segurança alimentar, habitação, culmina em uma velhice que necessita de um acolhimento institucional.

As condições materiais, objetivas da classe trabalhadora, culmina em acolhimentos de pessoas idosas com vínculo familiar fortalecido, o que nos leva a refletir sobre a vertente do capital, que declara ser de responsabilidade primeiramente da família o cuidado das pessoas idosas, no entanto, retira desta totalmente as possibilidades de garantir o cuidado, já que sua sobrevivência é garantida através da venda de sua força de trabalho e o não acesso à políticas públicas de qualidade, faz com que estas famílias recorram à estratégias para garantir a sobrevivência.

A situação acima declarada é percebida quando pessoas idosas com vínculo familiar são acolhidas em instituições de longa permanência devido a necessidade de cuidados de saúde, não encontrando este suporte em outro serviço, passando aquele, que deveria ser medida excepcional, apenas para pessoas idosas que suas famílias ou ele mesmo não tivessem condições de prover o seu autossustento, para a primeira e única opção que garanta a sobrevivência daquela pessoa idosa e ainda possibilite a venda da força de trabalho por meio de seus familiares.

A política pública neoliberal, focalizada, que escolhe a quem deve atender, deixa perfeito o cenário para o que “contemplamos” na pesquisa, a busca por serviços da proteção social especial de alta complexidade, por pessoas que teriam a possibilidade do atendimento na proteção social básica ou ainda na proteção social especial de média complexidade. Apesar das estratégias neoliberais, entendemos que há possibilidades de resistência e combate a estes ataques.

Conforme já fora narrado no capítulo anterior, o período pandêmico não criou uma nova questão social, apenas amplificou e colocou em evidência expressões da questão social que já se apresentavam.

A capacitação continuada foi outro ponto que merece destaque nestas considerações finais, sendo forte espaço para discussões, readequações de conceitos, entre outros benefícios, que ocasionam impacto direto no atendimento à população.

O quadro que constou todas as situações analisadas individualmente fora mantido levando em consideração que a realidade é mutável, que a cada aproximação sucessiva que realizarmos, mais próximo à essência conseguiremos estar percebendo e analisando as mediações que permeiam o assunto, portanto, estas são as considerações neste momento, porém, espera-se que em outros momentos possamos retornar aos dados e à realidade com outro olhar e se perceba mediações, anteriormente, não analisadas.

Encerramos esta pesquisa, compreendendo que o assunto não fora esgotado, que detalhes que permeiam o assunto podem não ter sido declarados, mas seguimos convidando os leitores à pensar e repensar a realidade, visando, não apenas a sobrevivência populacional, mas a transformação, a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

Alves, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de Sociologia do Trabalho**. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **O surgimento do “estado” e da “propriedade privada” na Idade Antiga e na Idade Média**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46090/26375>>. Acesso em março de 2023.

ANDRADE, Iraci de. **TERRITÓRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise do Serviço Social a partir da produção social do espaço**. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/520/1/437981.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, Campinas 1995.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BARROS, Débora Maria Victória Barros; CUNHA, Diogo Costa Tavares. O surgimento do assistente social na sociedade disciplinar. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, edição normal, v.4, n.1, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine R. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. (biblioteca básica de serviço social; v.2).

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **Reflexões acerca da proteção social para os velhos do Brasil**. In: COSTA, J. S.; DEL MASSO, M. C. S.; SOARES, N.; CAMPELO E PAIVA, S. de O. (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

BERZINS, M. A. V. S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 19-35, set. 2003.

BRANCO, Rodrigo Castelo, A **“QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/historia/dissertacao/rodrigo_castelo.pdf> . Acesso em outubro de 2022.

BRASIL, lei nº 1074/2003. **Estatuto da pessoa idosa**. Brasília, outubro de 2003.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

_____. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Secretaria-Geral da Presidência da República. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993- **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF, 1993.

_____. Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília. 2006.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Tipifica os serviços socioassistenciais da República Federativa brasileira. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro in **Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 2, ano II, dez. 2003. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/947/727>>acesso em novembro de 2022.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: _____. (Orgs.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

; KANSO, Solange; MELLO, Juliana L. **Como vive o idoso brasileiro**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.nescon.medicina.ufmg.br/bibliotecas/eca/imagem/0191.pdf> . Acesso em janeiro de 2023.

CAMPELO e PAIVA, Salvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Denise Gisele Silva; COSTA, Joice Sousa; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. Envelhecimento e velhices: Heterogeneidade no tempo do capital. In: COSTA, Joice S.; DEL MASSO, Maria Cândida S.; CAMPELO E PAIVA, Salvea de O. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (FAPESP), 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985.

FALEIROS, Vivente de Paula. **Violência contra a Pessoa Idosa. Ocorrência, vítimas e agressores..** Brasília: Editora Universa, 2007.

FLEURY TEIXEIRA, Sônia Maria. PINHO, Carlos Eduardo Santos. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 14-42, jan./abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em março de 2023.

GONÇALVES, Lucélia et al. A vulnerabilidade e o risco social no processo de envelhecimento e velhice: um estudo na perspectiva da política de assistência social. In: **Pessoa Idosa em Franca – diálogo entre saberes e práticas**. Franca: UNESP, 2013. V.1, 116p.

HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HADDAD, Eneida G. Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

JANIS, I. L. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, H; KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

JUNIOR, Reginaldo Pereira França; LARA, Ricardo. **Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional-Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 20 - 31, jan./jun. 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LARA, Ricardo; CANOAS, José Walter. Trabalho, envelhecimento e desemprego. IN: SANT'ANA, Raquel Santos (Org.) et al. **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Fabiana Cândida Ferreira. **Políticas para os idosos em Franca após Estatuto do Idoso**. Trabalho de Conclusão de Curso(Bacharel em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MAGALHÃES, D. N. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Ed. Papagaio, 1989.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviços Social: Identidade e Alienação**. Ed. Cortez, 9ª Edição, 2005

MARTINS, Tereza C. Santos. Racismo, questão social e envelhecimento: elementos para pensar a instrumentalidade do Serviço Social. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de O. **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social**. Recife: Edupe, 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I, volumes 1 e 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENDONÇA, Isabelle Pinto; SANTOS, Vânia Carvalho. **Fundamentos e história: O surgimento do sistema capitalista e a gênese do serviço social no Brasil**. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/823/803>>. Acesso em fevereiro de 2023.

MINAYO,, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO,. Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: o acesso do respeito à experiência e à sabedoria. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, 2º ed, 2005.

MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuição para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.55, p.115-130, 1997.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

Pastorini, Alejandra, **A categoria “questão social” em debate**. 2.ed. – São Paulo, Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v.109).

PEREIRA, A.P. Potyara. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesurus, 1996.

PEREIRA, A.P. Potyara.. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Karine Yanne De Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), vol. 12, núm. 1, enero-junio, 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527373009>>. Acesso em janeiro de 2023.

PERES, Gislaine Alves Liporoni [et al.], (org.). **Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca**: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

PRATES, Jane Cruz. A Pesquisa Social a Partir do Paradigma Dialético-Crítico: do Projeto à Análise do Dado. In: PRATES, Jane Cruz. FERNANDES, Idilia (orgs.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel social, 2016.

SANTOS, Maria Florência dos; RIOS, Thamiris Inoué; SILVA, Ana Carolina Fernandes; SOARES, Nanci. Velhice e Questão Social: Qual a relação. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017, p. 75-93.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Nanci; FARINELLI, Marta R.; LIPORONI, Andreia Ap. R. de C. Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In: COSTA, J. S.; DEL MASSO, M. C. S.; SOARES, N.; CAMPELO E PAIVA, S. de O. (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SOUZA, Lucélia Cardoso de. **Velhice e violação dos direitos humanos na realidade brasileira: a expressão da questão social em face das garantias previstas no arcabouço legal**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: UNESP, 2020.

SOUZA, Lucélia Cardoso de; VILIONE, Gabriela Cristina Carneiro; SOARES, Nanci. Autoridade, família e indústria cultural: a construção social da velhice. In TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. CAMPINAS: Papel Social, 2017, p. 235-252.

SPOZATI, Aldaiza. Assistência Social: De ação individual a direito social. In Revista **Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange M. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, Joice S.; DEL MASSO, Maria Cândida S.; CAMPELO E PAIVA, Sálvea de O. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas: situando o serviço social no debate. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de O. **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social**. Recife Edupe, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira**. Argumentum. Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Caderno de Saúde pública**, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ftpNpW59VSv5dYRJ4cwKS/?lang=pt#> > Acesso em março de 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Omega, 2011. **Introdução à pesquisa em ciências sociais qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

**APÊNDICE A- TABELA 01- PERFIL DOS SOLICITANTES DE VAGA PARA SAIPI
DO PERÍODO DE 2014 A AGOSTO DE 2021 NO LAR DE IDOSOS EURÍPEDES
BARSANULFO**

		2014	2014	2014	2014	2014	2014
Idade	Mais de 60 anos de idade	1		1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade		1				
Vínculo familiar	Vínculo rompido						1
	Vínculo fragilizado	1		1		1	
	Vínculo fortalecido		1		1		
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1			1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga				1	1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	0	1				
	Benefício Família de Origem				1		
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde	1					
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI				1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1			
	Não	1	1		1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI		1				
	Serviço inexistente no período				1		
	Outro Município						1

		2014	2014	2014	2014	2014	2014
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1	1	1	1	
	Vínculo fortalecido						1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1		
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga					1	1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso					1	
	Benefício Família de Origem						
	República						1
	SCFV						
	Serviços de saúde	1					
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI		1	1	1		
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1		1	
	Não	1	1		1		1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento				1		
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						1
	Outro Município		1				

		2014	2014	2014	2014	2014	2014
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1		1		1
	Vínculo fortalecido			1		1	
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1				1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1	1	1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar			1			
	Centro Dia do Idoso		1				
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI	1			1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim						1
	Não	1	1	1	1	1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar	1		1			
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento					1	
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI		1				
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município				1		

		2014	2014	Total em 2014
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	19
	Menos de 60 anos de idade			1
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1		2
	Vínculo fragilizado		1	13
	Vínculo fortalecido			5
	Sem família			0
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa		1	12
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			7
	Ausência de recursos financeiros	1		1
	Dificuldade de convivência			0
	Denúncia (Negligência ou violência física)			0
	Solidão			0
	Atendimento Domiciliar			1
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso			3
	Benefício Família de Origem			1
	República	1		2
	SCFV			0
	Serviços de saúde			2
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop			0
	SAIPI		1	11
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			4
	Não	1	1	16
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar			2
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	1	1	4
	Sem prioridade			1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			0
	Acolhido em SAIPI			2
	Serviço inexistente no período			2

Outro Município		3					
		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1		
	Vínculo fragilizado			1		1	
	Vínculo fortalecido	1	1				1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa		1	1	1		1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga					1	
	Ausência de recursos financeiros	1					
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso		1				1
	Benefício Família de Origem						
	República			1	1		
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1				1	
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1			1	1
	Não	1		1	1		
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade	1					
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						1
	Serviço inexistente no período			1	1		
Outro Município							

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	0	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade		1				
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1		
	Vínculo fragilizado			1		1	
	Vínculo fortalecido	1	1				1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa		1	1		1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1					1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência				1		
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	1		1		1	1
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde		1				
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI				1		
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1					1
	Não		1	1	1	1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI			1		1	
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município				1		

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade		1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade	1					
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1	1			1	
	Vínculo fragilizado						
	Vínculo fortalecido			1			
	Sem família				1		1
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						1
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso			1			
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop	1					
	SAIPI		1		1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1		1	1	
	Não			1			1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			1			1
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido			1			1
	Vínculo fragilizado					1	
	Vínculo fortalecido		1		1		
	Sem família	1					
	Adoecimento da pessoa idosa		1	1	1		1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga					1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)	1					
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso						
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde				1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1	1	1		1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	1		1	1
	Não				1		
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1			1	1
	Vinculo fortalecido			1			
	Sem família				1		
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1		1	1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1			
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						1
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso						
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1	1	1	1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1	1	1		
	Não	1				1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento					1	
	Sem prioridade						1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município	1					

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade		1	1	1	1	
	Menos de 60 anos de idade	1					1
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1			1		1
	Vínculo fragilizado		1			1	
	Vínculo fortalecido			1			
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1		1		
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1			
	Ausência de recursos financeiros					1	1
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso			1	1		
	Benefício Família de Origem						
	República					1	1
	SCFV						
	Serviços de saúde	1	1				
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI						
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim				1		
	Não	1	1	1		1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			1			
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período					1	1
	Outro Município						

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade		1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade	1					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1			1	
	Vínculo fortalecido			1	1		1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1				
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1	1	1	1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar			1			
	Centro Dia do Idoso		1				
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde	1			1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI				0	1	1
	SAIPI						
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1	1	1		
	Não	1				1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família					1	
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						1

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						1
	Vínculo fragilizado	1	1	1	1		
	Vinculo fortalecido					1	
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1	1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso						
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde				1	1	
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1	1	1			1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1				
	Não			1	1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade			1			
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI				1		
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						1

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						1
	Vínculo fragilizado			1	1	1	
	Vinculo fortalecido	1	1				
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1		1	1	1	1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		1				
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	1					
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI		1	1	1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1				1
	Não			1	1	1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar				1		
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade					1	
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município			1			

		2015	2015	2015	2015	2015	2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1		1
	Menos de 60 anos de idade					1	
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1					
	Vínculo fragilizado		1	1		1	1
	Vinculo fortalecido				1		
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1		1		1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga				1		
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						1
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso			1			
	Benefício Família de Origem						
	República		1				
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1			1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1	1		
	Não	1	1			1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	1				1	1
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período		1				
	Outro Município						

		2015	Total de 2015
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	55
	Menos de 60 anos de idade		6
Vínculo familiar	Vínculo rompido		13
	Vínculo fragilizado	1	26
	Vinculo fortalecido		18
	Sem família		4
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	40
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		12
	Ausência de recursos financeiros		3
	Dificuldade de convivência		2
	Denúncia (Negligência ou violência física)		2
	Solidão		1
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar		1
	Centro Dia do Idoso		12
	Benefício Família de Origem		0
	República		5
	SCFV		0
	Serviços de saúde	1	9
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop		1
	SAIPI		33
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		28
	Não	1	33
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar		1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		4
	Sem prioridade		4
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família		4
	Acolhido em SAIPI		4
	Serviço inexistente no período		5
	Outro Município		5

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1		
	Vínculo fragilizado	1	1				
	Vínculo fortalecido			1		1	1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa				1	1	1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		1				
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência			1			
	Denúncia (Negligência ou violência física)	1					
	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso			1			
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						1
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1	1		1	1	
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	1	1	1	
	Não						1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado		1	1		1	
	Vínculo fortalecido	1			1		
	Sem família						1
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1		1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga				1		
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						1
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso		1				
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						1
	Serviços de saúde			1	1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1	0				
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1			1	1
	Não	1		1	1		
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1	1				
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1		
	Vínculo fragilizado			1		1	
	Vínculo fortalecido	1	1				1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1		1	1	1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1			
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso	1	1	1			
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						1
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI				1	1	
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1	1	1	1	
	Não	1					1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI	1					
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido			1			
	Vínculo fragilizado	1	1				1
	Vínculo fortalecido				1	1	
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1		0
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga					1	1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar				1		
	Centro Dia do Idoso	1		1			
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde		1				
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI					1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1		1	1	1
	Não			1			
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			1			
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1		
	Vínculo fragilizado			1		1	
	Vínculo fortalecido	1	1				1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa			1	1	1	
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1				1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso	1	1	1			
	Benefício Família de Origem						
	República						1
	SCFV						
	Serviços de saúde					1	
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI				1		
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1		1			
	Não		1		1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família				1		
	Acolhido em SAIPI		1				
	Serviço inexistente no período						1
	Outro Município						

		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado		1	1		1	
	Vínculo fortalecido				1		1
	Sem família	1					
	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1	1
Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso						1
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde		1		1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1		1		1	
	SAIPI						
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1		1	1
	Não	1	1		1		
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1					
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

Menos de 60 anos de idade							
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1		1			
	Vinculo fortalecido		1		1	1	1
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa			1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1				
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar	1					
	Centro Dia do Idoso		1				
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI			1	1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	1	1	1	
	Não						1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						1
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

Menos de 60 anos de idade							
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1					
	Vínculo fragilizado	1 1 1					
	Vínculo fortalecido	1 1					
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1 1 1 1					
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros	1					
	Dificuldade de convivência	1					
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	1 1					
	Benefício Família de Origem						
	República	1					
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop	1					
	SAIPI	1 1					
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1					
	Não	1 1 1 1 1					
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar	1					
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade	1					
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1					
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período	1					
	Outro Município						
		2016	2016	2016	2016	2016	2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1		1	1

	Menos de 60 anos de idade			1		
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1			1	
	Vínculo fragilizado		1	1		1
	Vínculo fortalecido	1				
	Sem família					
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1				
	Ausência de recursos financeiros					
	Dificuldade de convivência					
	Denúncia (Negligência ou violência física)					
	Solidão					
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar					
	Centro Dia do Idoso	1	1			
	Benefício Família de Origem					
	República					
	SCFV					
	Serviços de saúde					1
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop					
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1		1	1	
	Sim	1			1	
	Não	1	1	1		1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar					
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento					
	Sem prioridade		1			
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1				
	Acolhido em SAIPI					
	Serviço inexistente no período					
	Outro Município					

		2016	Total de 2016
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	54

	Menos de 60 anos de idade		1
Vínculo familiar	Vínculo rompido		7
	Vínculo fragilizado	1	24
	Vínculo fortalecido		22
	Sem família		2
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa		38
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	12
	Ausência de recursos financeiros		1
	Dificuldade de convivência		2
	Denúncia (Negligência ou violência física)		1
	Solidão		1
	Atendimento Domiciliar		2
	Centro Dia do Idoso		16
Perfil para qual serviço	Benefício Família de Origem		0
	República		2
	SCFV		1
	Serviços de saúde		9
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop		1
	SAIPI	1	23
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	31
	Não		24
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar		1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		0
	Sem prioridade		2
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família		8
	Acolhido em SAIPI		2
	Serviço inexistente no período		2
	Outro Município		0

		2017	2017	2017	2017	2017	2017
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1		1

		Menos de 60 anos de idade					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado		1		1	1	1
	Vínculo fortalecido	1		1			
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa		1	1			1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1				1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência				1		
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar			1			
	Centro Dia do Idoso					1	
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop				1		
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1	1				1
	Sim	1		1			
	Não		1		1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família		1		1		1
	Acolhido em SAIPI					1	
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2017	2017	2017	2017	2017	2017
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

		Menos de 60 anos de idade					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1	1		1	1
	Vínculo fortalecido				1		
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1			1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga				1	1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso		1			1	
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde			1			
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						1
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1			1		
	Sim		1		1	1	1
	Não	1		1			
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	1					
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI				1		
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2017	2017	2017	2017	2017	2017
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

		Menos de 60 anos de idade					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1			1	1	
	Vínculo fortalecido		1				1
	Sem família			1			
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1		1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		1				
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso		1				1
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde					1	
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1		1	1		
	Sim		1	1			
	Não	1			1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	1					
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família				1		1
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2017	2017	2017	2017	2017	2017
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

Menos de 60 anos de idade							
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1				1	
	Vínculo fragilizado			1			1
	Vínculo fortalecido					1	
	Sem família		1				
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar				1		
	Centro Dia do Idoso						
	Benefício Família de Origem						
	República	1					
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI		1	1		1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1	1		
	Não	1	1			1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família		1			1	
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período	1					
	Outro Município						

		2017	2017	2017	2017	Total de 2017	
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1		33

	Menos de 60 anos de idade						0
Vínculo familiar	Vínculo rompido		1		1		5
	Vínculo fragilizado	1		1			19
	Vínculo fortalecido						8
	Sem família						2
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1		25
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						8
	Ausência de recursos financeiros						0
	Dificuldade de convivência						1
	Denúncia (Negligência ou violência física)						0
	Solidão						0
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						3
	Centro Dia do Idoso				1		8
	Benefício Família de Origem						0
	República		1				2
	SCFV						0
	Serviços de saúde						2
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						2
	SAIPI	1				1	17
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1				1	16
	Não		1	1			18
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						0
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						2
	Sem prioridade						1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família				1		9
	Acolhido em SAIPI						2
	Serviço inexistente no período		1				2
	Outro Município						1

Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado			1			1
	Vínculo fortalecido	1	1		1	1	
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa		1	1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1					
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso			1			
	Benefício Família de Origem	1					
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde				1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI		1			1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim						1
	Não	1	1	1	1	1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento					1	
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI			1			
	Serviço inexistente no período	1					
	Outro Município						
		2018	2018	2018	2018	2018	2018
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1

		Menos de 60 anos de idade					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1	1	1		1
	Vínculo fortalecido					1	
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1	1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	1	1			1	1
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI				1	1	
	Sim					1	1
	Não	1	1	1			
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento				1		
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1	1				
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2018	2018	2018	2018	2018	2018
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						

Vínculo familiar	Vínculo rompido			1	1	1	1
	Vínculo fragilizado	1	1				
	Vínculo fortalecido						
	Sem família						
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	1		1		1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga			1		1	
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
Perfil para qual serviço	Centro Dia do Idoso	1				1	
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde		1				
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI			1	1		1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	1		1	1
	Não				1		
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento				1		
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2018	2018	2018	2018	2018	2018
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade	0					
Vínculo familiar	Vínculo rompido						

	Vínculo fragilizado	1		1		1	1
	Vínculo fortalecido		1		1		
Motivo da solicitação	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1		1		1	
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		1		1		1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
Perfil para qual serviço	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso		1				
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI	1		1	1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1		1		1
	Não			1		1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar					1	
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade			1			
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2018	2018	2018	2018	2018	2018
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1	1	
	Vínculo fragilizado	1					1

	Vínculo fortalecido	1	1			
	Sem família					
	Adoecimento da pessoa idosa		1	1	1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1			
	Ausência de recursos financeiros					
	Dificuldade de convivência					
	Denúncia (Negligência ou violência física)					
	Solidão					
	Atendimento Domiciliar					
	Centro Dia do Idoso	1	1			
	Benefício Família de Origem					
	República					
	SCFV					
	Serviços de saúde					
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop					
	SAIPI	1		1	1	1
	Encaminhado para serviço conforme análise	1				
	Sim					
	Não	1	1	1	1	1
	Reorganização familiar					
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento			1	1	1
	Sem prioridade					
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1	1			
	Acolhido em SAIPI					
	Serviço inexistente no período					
	Outro Município					
		2018	Total de 2018			
	Idade	1	31			
	Mais de 60 anos de idade		0			
	Menos de 60 anos de idade		6			
	Vínculo rompido		16			
	Vínculo fragilizado	1	9			
	Vínculo fortalecido					

	Sem família		0
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1	23
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		8
	Ausência de recursos financeiros		0
	Dificuldade de convivência		0
	Denúncia (Negligência ou violência física)		0
	Solidão		0
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar		0
	Centro Dia do Idoso		10
	Benefício Família de Origem		1
	República		0
	SCFV		0
	Serviços de saúde		2
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop		0
	SAIPI	1	18
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	15
	Não		16
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar		1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		6
	Sem prioridade		1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família		4
	Acolhido em SAIPI		1
	Serviço inexistente no período		1
	Outro Município		0

		2019	2019	2019	2019	2019	2019
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	0	1	1		1
	Vínculo fortalecido		1			1	
	Sem família						

Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa			1		1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1		1		
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
Perfil para qual serviço	Solidão						
	Atendimento Domiciliar					1	
	Centro Dia do Idoso	1			1		
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde				1		
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop SAIPI		1				1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim				1	1	1
	Não	1	1	1			
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1	1				
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2019	2019	2019	2019	2019	2019
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1				
	Vinculo fortalecido			1	1	1	1

Sem família							
Motivo da solicitação	Adoecimento da pessoa idosa	1				1	1
	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga		1	1	1		
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso		1	1			
	Benefício Família de Origem					1	
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde					1	
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI	1					1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim		1				1
	Não	1		1	1	1	
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento						
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1		1			
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período					1	
	Outro Município						
		2019	2019	2019	2019	2019	2019
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido				1	1	
	Vínculo fragilizado						
	Vínculo fortalecido	1	1	1			1
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1		1	1		

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1	2	1	1
	Ausência de recursos financeiros					
	Dificuldade de convivência					
	Denúncia (Negligência ou violência física)					
Perfil para qual serviço	Solidão					
	Atendimento Domiciliar					
	Centro Dia do Idoso			2		1
	Benefício Família de Origem			1		
	República					
	SCFV					
	Serviços de saúde				1	
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop					
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1	1			
	Sim	1	1	2		
	Não			1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar					
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento					
	Sem prioridade			1		
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família					1
	Acolhido em SAIPI					
	Serviço inexistente no período					
	Outro Município					
		2019	2019	2019	Total de 2019	
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1		28
	Menos de 60 anos de idade					0
Vínculo familiar	Vínculo rompido					2
	Vínculo fragilizado			1		8
	Vínculo fortalecido	1	1			18
	Sem família					0
	Adoecimento da pessoa idosa					10

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1	1		17
	Ausência de recursos financeiros					0
	Dificuldade de convivência					0
	Denúncia (Negligência ou violência física)					0
Perfil para qual serviço	Solidão					1
	Atendimento Domiciliar					1
	Centro Dia do Idoso	1		1		11
	Benefício Família de Origem					2
	República					2
	SCFV					0
	Serviços de saúde					4
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop					0
	SAIPI		1			8
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1				12
	Não		1	1		16
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar		1			1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento			1		1
	Sem prioridade					1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família					6
	Acolhido em SAIPI					0
	Serviço inexistente no período					3
	Outro Município					0

		2020	2020	2020	2020	2020	2020
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido		1				1
	Vínculo fragilizado	1			1		
	Vínculo fortalecido			1		1	
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa	1		1	1		1

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1		1			
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
Perfil para qual serviço	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso				1		
	Benefício Família de Origem						
	República	1					
	SCFV						
	Serviços de saúde	1					
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1	1	1			
	Sim	1					
	Não	1		1	1	1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento				1		
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1	1				
	Acolhido em SAIPI	1					
	Serviço inexistente no período	1					
	Outro Município						
		2020	2020	2020	2020	2020	2020
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	1	1	1			
	Vinculo fortalecido			1	1	1	
	Sem família						
Adoecimento da pessoa idosa		1					

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1		1	1	1	1
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
	Solidão						
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso	1					1
	Benefício Família de Origem						
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
	SAIPI		1	1	1		1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim			1	1	1	
	Não	1	1				1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		1				1
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família	1					
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2020	2020	2020	2020	2020	2020
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado			1			1
	Vínculo fortalecido	1	1		1	1	
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa						1

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1		1	1
	Ausência de recursos financeiros					
	Dificuldade de convivência					
	Denúncia (Negligência ou violência física)			1		
	Solidão					
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar					
	Centro Dia do Idoso					
	Benefício Família de Origem	1				1
	República					
	SCFV					
	Serviços de saúde					
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop				1	
	SAIPI		1	1		1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	1		1
	Não				1	1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar					
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento				1	
	Sem prioridade					1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família					
	Acolhido em SAIPI					
	Serviço inexistente no período					
	Outro Município					
		2020	2020	2020	2020	2020
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	1	1
	Menos de 60 anos de idade					
Vínculo familiar	Vínculo rompido					
	Vínculo fragilizado		1		1	1
	Vínculo fortalecido			1		1
	Sem família					
	Adoecimento da pessoa idosa	1			1	

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	1	1	1
	Ausência de recursos financeiros				
	Dificuldade de convivência				
	Denúncia (Negligência ou violência física)				
	Solidão				
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar				
	Centro Dia do Idoso				1
	Benefício Família de Origem				1
	República				
	SCFV				
	Serviços de saúde				
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop				
	SAIPI	1	1	1	1
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1		1	
	Não		1		1
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar			1	1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento			1	
	Sem prioridade				
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família				
	Acolhido em SAIPI				
	Serviço inexistente no período				
	Outro Município	1			

	2020	2020	2020	2020	Total de 2020
Idade	Mais de 60 anos de idade				
	1	1	1	1	28
	Menos de 60 anos de idade				
					0
Vínculo familiar	Vínculo rompido				
	1	1	1		5
	Vínculo fragilizado				
				1	11
	Vínculo fortalecido				
					11
	Sem família				
					0
	Adoecimento da pessoa idosa				
	1	1	1	1	12

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga						15
	Ausência de recursos financeiros						0
	Dificuldade de convivência						0
	Denúncia (Negligência ou violência física)						1
	Solidão						0
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar						0
	Centro Dia do Idoso						4
	Benefício Família de Origem						3
	República						1
	SCFV						0
	Serviços de saúde	1					2
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						1
	SAIPI	1	1	1			17
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1		1			12
	Não		1		1		16
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar						2
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento	1					6
	Sem prioridade						1
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família						3
	Acolhido em SAIPI						1
	Serviço inexistente no período						1
	Outro Município						1

		2021	2021	2021	2021	2021	2021
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	2	1	1	1	2
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado	0			1		
	Vínculo fortalecido	1	2	1		1	2
	Sem família						
	Adoecimento da pessoa idosa						1

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	2	1	1		2
	Ausência de recursos financeiros						
	Dificuldade de convivência						
	Denúncia (Negligência ou violência física)						
Perfil para qual serviço	Solidão						
	Atendimento Domiciliar						
	Centro Dia do Idoso					1	
	Benefício Família de Origem						2
	República						
	SCFV						
	Serviços de saúde						
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop						
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1	2	1	1		
	Sim						
Houve motivos para o não encaminhamento	Não	1	2	1	1	1	1
	Reorganização familiar	1	1				1
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		1	1			1
	Sem prioridade						
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família					1	1
	Acolhido em SAIPI						
	Serviço inexistente no período						
	Outro Município						
		2021	2021	2021	2021	2021	2021
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	1	2	1	1
	Menos de 60 anos de idade						
Vínculo familiar	Vínculo rompido						
	Vínculo fragilizado						1
	Vínculo fortalecido	1	1	1	2	1	
	Sem família						
Adoecimento da pessoa idosa		1	1				1

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1	2	1
	Ausência de recursos financeiros			
	Dificuldade de convivência			
	Denúncia (Negligência ou violência física)			
Perfil para qual serviço	Solidão			
	Atendimento Domiciliar			
	Centro Dia do Idoso			1
	Benefício Família de Origem			
	República	1	1	
	SCFV			
	Serviços de saúde			
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop			
Encaminhado para serviço conforme análise	SAIPI	1	2	1
	Sim	1		1
	Não	1	1	2
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar		1	
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento		1	
	Sem prioridade			
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			1
	Acolhido em SAIPI			
	Serviço inexistente no período	1	1	
	Outro Município			

		2021	2021	Total de janeiro a agosto de 2021
Idade	Mais de 60 anos de idade	1	1	16
	Menos de 60 anos de idade			0
Vínculo familiar	Vínculo rompido	1		1
	Vínculo fragilizado			2
	Vinculo fortalecido		1	13
	Sem família			0
	Adoecimento da pessoa idosa	1		5

Motivo da solicitação	Necessidade de cuidados ao idoso com adoecimento do cuidador/ Sobrecarga	1		11
	Ausência de recursos financeiros			0
	Dificuldade de convivência			0
	Denúncia (Negligência ou violência física)			0
	Solidão			0
Perfil para qual serviço	Atendimento Domiciliar	1	1	0
	Centro Dia do Idoso			2
	Benefício Família de Origem			4
	República			2
	SCFV			0
	Serviços de saúde			0
	CRAS/CREAS/CENTRO Pop			0
	SAIPI			8
Encaminhado para serviço conforme análise	Sim	1	1	4
	Não			11
Houve motivos para o não encaminhamento	Reorganização familiar			3
	Óbito antes da efetivação de algum atendimento			4
	Sem prioridade			0
	Sem aceitação da pessoa idosa ou da família			3
	Acolhido em SAIPI			0
	Serviço inexistente no período			2
	Outro Município			0

FONTE: Elaborado pela autora baseado em anotações de fichas de entrevistas que compõem o estudo social para solicitação de vaga no SAIPI, recebidas no Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo, do período de janeiro de 2014 a agosto de 2021.